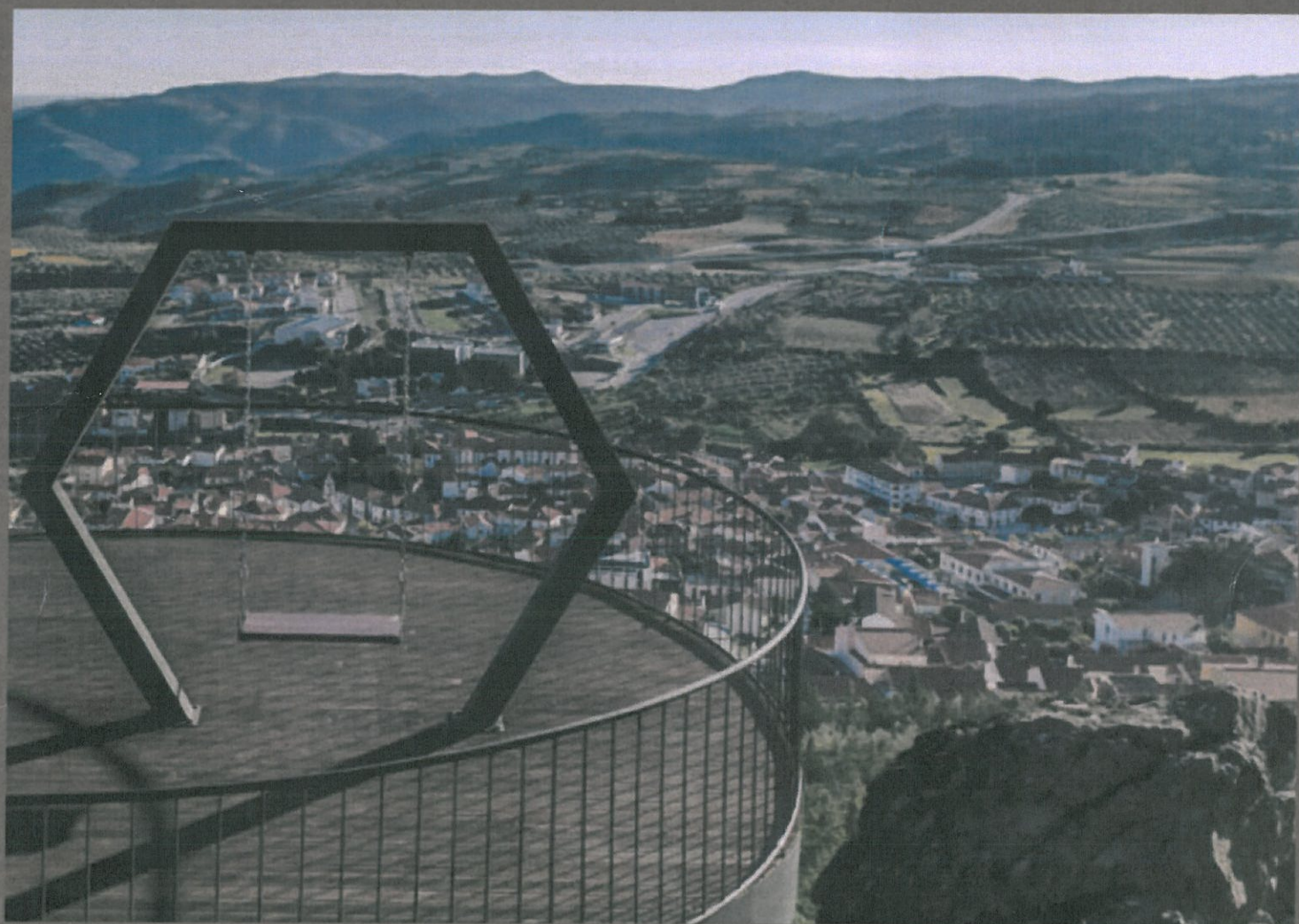


*Al
Ferreira*

RELATÓRIO DE GESTÃO 2021

MUNICÍPIO DE VILA FLOR





[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Índice

Introdução	2
CAPÍTULO I – Organização Municipal e Recursos Humanos	4
CAPÍTULO II – <i>Reporting</i> Económico-Financeiro	8
Análise da Execução Orçamental.....	8
Plano Plurianual de Investimentos (PPI)	8
Orçamento da Receita.....	9
Receitas Correntes	9
Receitas Capital.....	10
Orçamento da Despesa	11
Despesas Correntes	11
Despesas Capital	12
Equilíbrio Orçamental	12
Análise da Situação Económico-Financeira	14
Balanço	15
Demonstração de Resultados	17
Indicadores Económico-financeiros	18
Limites Legais	19
Limite de Endividamento	19
Proposta para Aplicação de Resultados	21
CAPÍTULO III – <i>Reporting</i> de Atividades	22
UNIDADE ADMINISTRATIVA E QUALIDADE	22
UNIDADE SOCIAL, DESPORTO E CULTURA	30
UNIDADE URBANISMO E OBRAS.....	32
Considerações Finais.....	39
Anexo às Demonstrações Financeiras.....	41

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Introdução

As contas anuais devem dar uma imagem verdadeira e apropriada do património, da situação financeira, bem como dos resultados da autarquia.

Esta imagem das Demonstrações Financeiras, é conseguida, desde que na sua elaboração sejam observados determinados conceitos, princípios e normas contabilísticas e que tenham determinadas características qualitativas que vão permitir que a informação financeira por elas fornecida seja compreensível pelos seus utentes, nomeadamente:

- Relevância
- Fiabilidade
- Comparabilidade

A RELEVÂNCIA é entendida como a qualidade que a informação tem de influenciar as decisões dos seus utentes, ao ajudá-los a avaliar o passado, o presente e o futuro da autarquia, ou a confirmar ou corrigir as suas avaliações.

A FIABILIDADE é a qualidade que a informação tem de estar liberta de erros materiais e de juízos prévios, ao mostrar apropriadamente o que tem por finalidade apresentar (associada ao princípio da substância sobre a forma).

A COMPARABILIDADE é conseguida através de políticas contabilísticas aplicadas de uma forma consistente (ligada ao princípio da consistência ou da uniformidade).

Volvidos 23 anos desde a aprovação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 232, de 3 de setembro, e dos planos setoriais para determinados setores da Administração Pública, tais como o POCAL (autarquias locais), o POC-educação (setor da educação), o POC-MS (entidades do Ministério da Saúde) e o POCISS (instituições de segurança e solidariedade social), e considerando o movimento global a que se tem assistido nos últimos anos com vista à harmonização internacional da contabilidade pública em todos os subsectores da Administração Pública que resultou na publicação das IPSAS (*International Public Sector Accounting Standards*), pela *International Federation of Accountants* (IFAC), em 2015 foi publicado o SNC-AP, pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

A normalização contabilística para o setor público encontrava-se desatualizada, fragmentada e inconsistente.

Em virtude da necessidade de comparabilidade da informação financeira das entidades públicas, dos diferentes países europeus, tornou-se essencial adotar as IPSAS, *do International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB).

Para colmatar esta situação o Governo decidiu, em 2012, através do Decreto-Lei n.º 134/2012, de 29 de junho, incumbir a Comissão de Normalização Contabilística (CNC) de elaborar um novo sistema contabilístico para as administrações públicas, que seja consistente com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aplicável ao setor empresarial, e com as Normas Internacionais de Contabilidade Pública (IPSAS).

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior normativo.

Esta reforma da contabilidade pública, cujas bases conceptuais e de referência são a nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, e o SNC-AP.

Os objetivos do SNC-AP são ambiciosos e pretende desde logo uma maior harmonização das contas públicas e ao aumento da qualidade do relato orçamental e financeiro apresentado pelas entidades públicas de acordo com parâmetros internacionais.

Perante a emergência internacional de saúde pública, decretada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), devido à pandemia provocada pela Covid-19, e em resposta aos impactos que se têm vindo a fazer sentir, foram sendo aprovadas diversas medidas excecionais e temporárias para promover a capacidade de resposta das autarquias locais aos efeitos da pandemia.

O impacto da pandemia na atividade municipal tem-se feito sentir em várias dimensões, nomeadamente, no exercício de competências, na estrutura das despesas e das receitas e na adaptação operacional dos serviços.

Neste panorama, os desafios que se colocaram em 2021 tiveram um impacto muito relevante, quer no lado da receita, quer do lado da despesa, com consequências em termos de resultado do exercício.

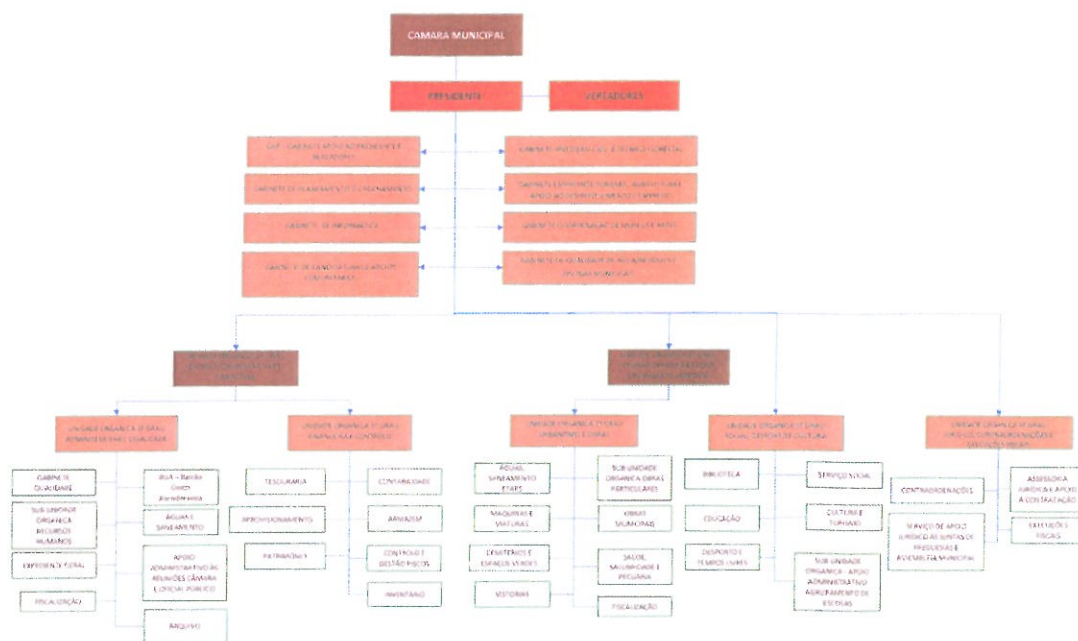
O Município de Vila Flor assumiu um papel muito relevante na implementação das medidas de mitigação dos efeitos da pandemia, abrangendo uma multiplicidade de respostas de que foram beneficiárias as famílias, as empresas e as instituições.

De realçar, que o Executivo Municipal prosseguiu uma linha estratégica que contemplou a realização de investimentos necessários ao desenvolvimento económico e social do Concelho e à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e, simultaneamente, o esforço de contenção e de racionalização dos custos da estrutura municipal.

O presente relatório divide-se em três grandes capítulos: Recursos Humanos, *reporting* financeiro e *reporting* de atividades. Analisa não só a execução do Orçamento do Município em 2021, como relata a sua situação económico-financeira, apresentando em anexo as demonstrações financeiras.

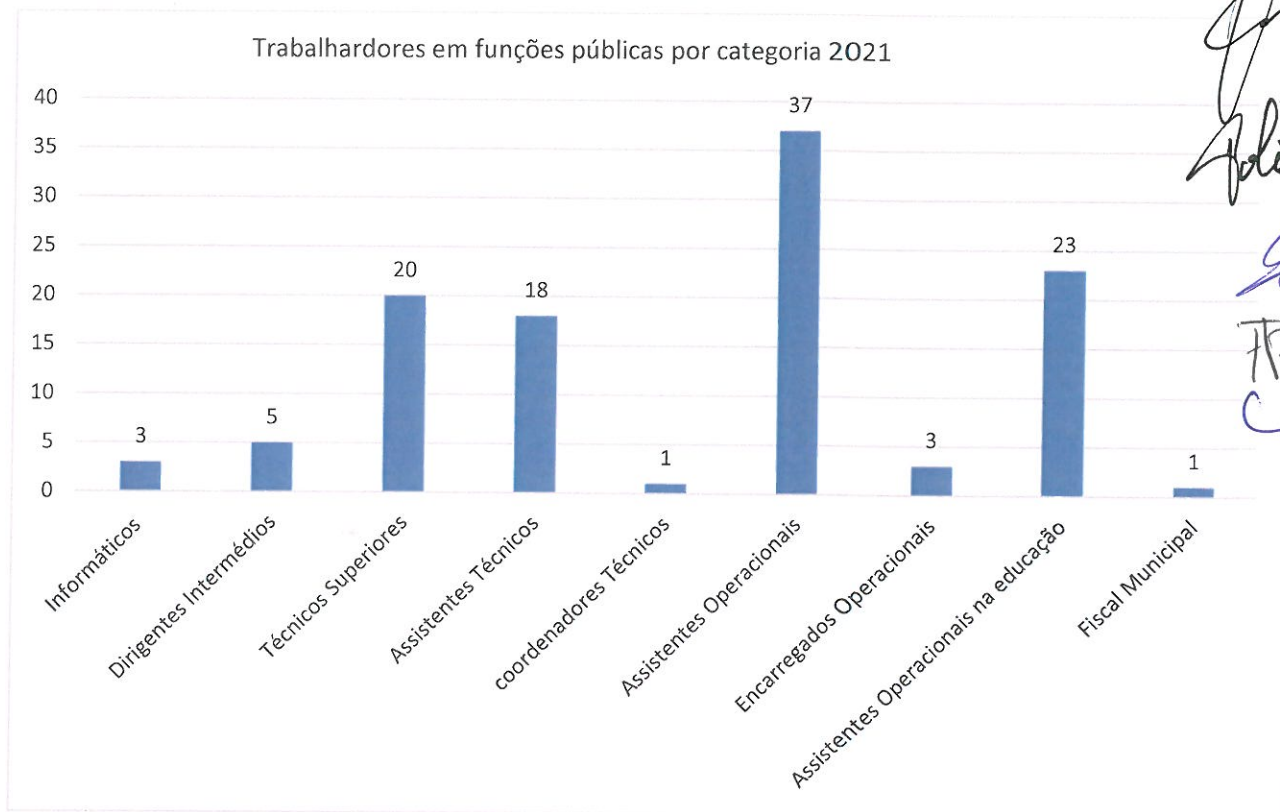
CAPITULO I – Organização Municipal e Recursos Humanos

O Município de Vila Flor, em 31 de dezembro de 2021, apresentava a seguinte organização:

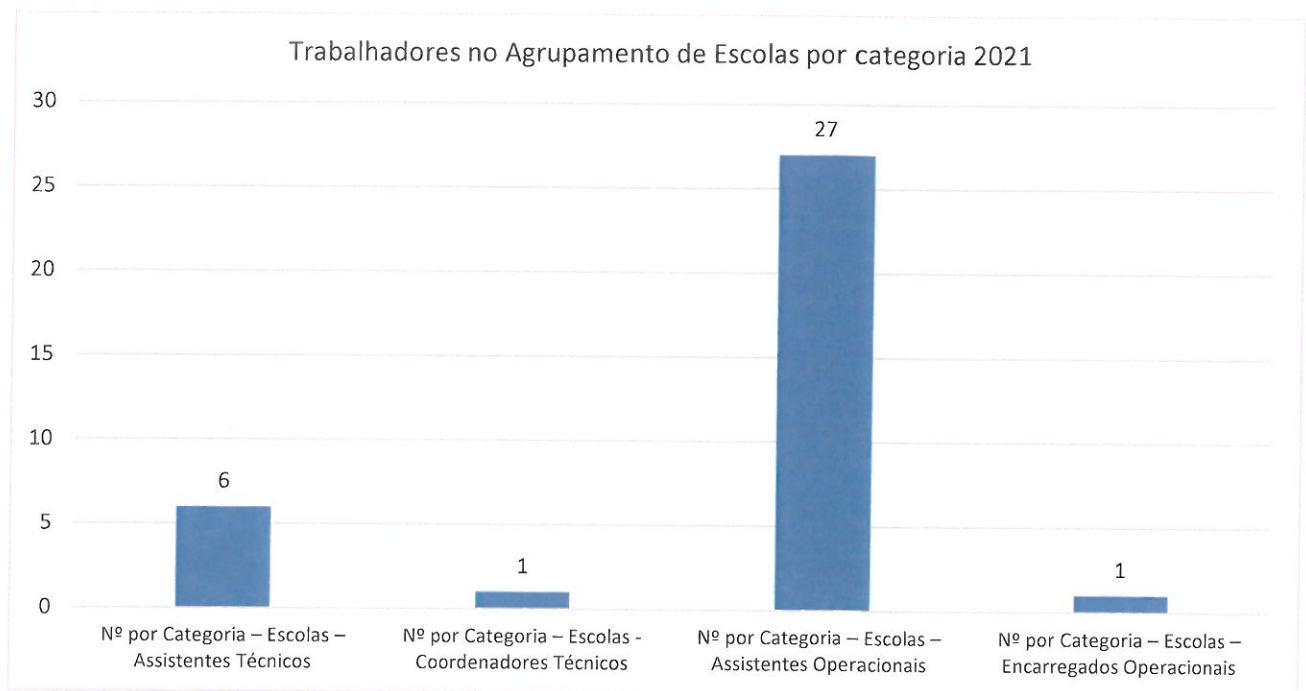


Para o exercício das atribuições que lhes estão cometidas, designadamente nas áreas de equipamento rural e urbano, energia, transporte e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil,

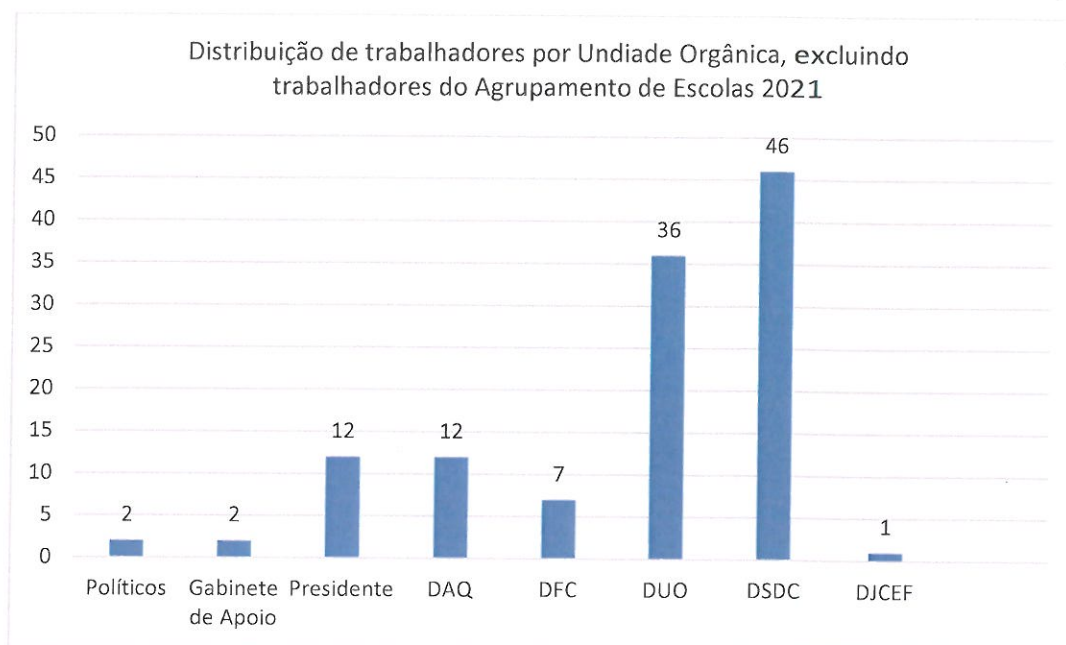
ambiente, salubridade e saneamento básico, promoção do desenvolvimento, ordenamento do território e urbanismo, o Município, contava com 146 trabalhadores, de entre os quais 355 afetos à educação em virtude de o município manter o contrato de execução com o Ministério da Educação, para a gestão do pessoal não docente do Agrupamento de Escolas de Vila Flor, distribuídos assim pelas diferentes carreiras e categorias profissionais:



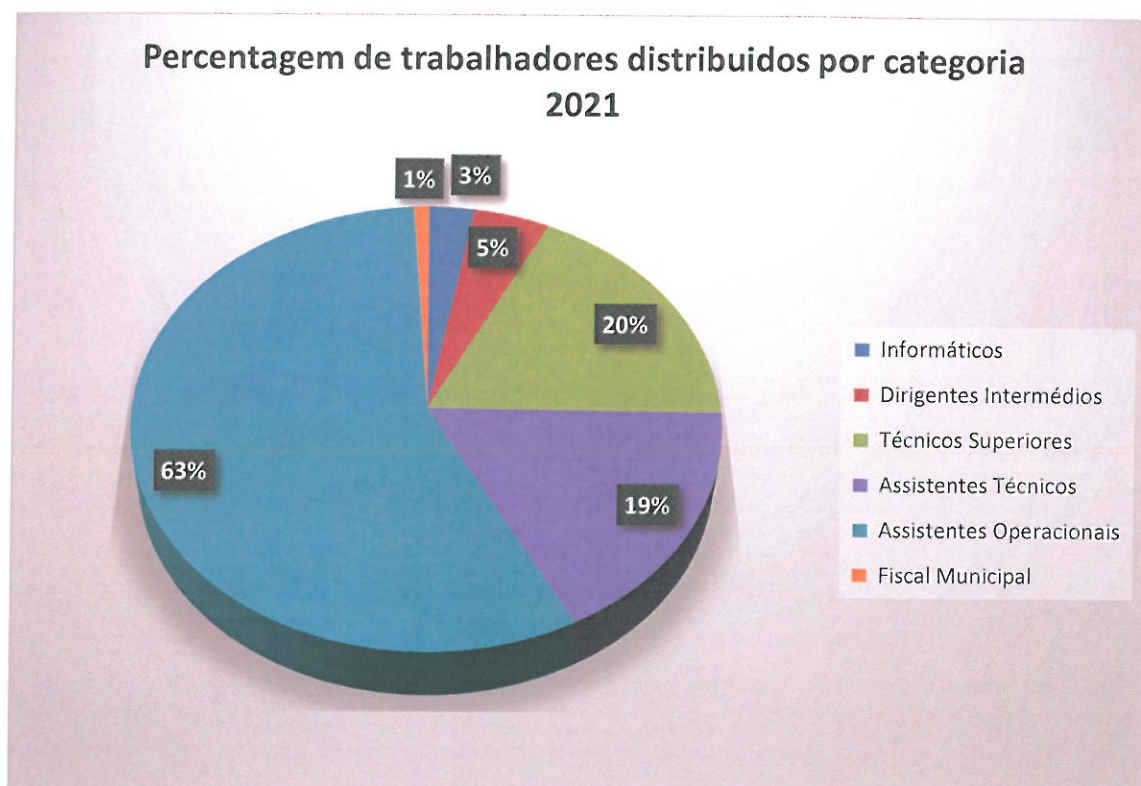
Distribuição dos trabalhadores pelas diferentes carreiras e categorias profissionais



Distribuição dos trabalhadores pelas diferentes carreiras e categorias profissionais, afetos à educação



Distribuição de trabalhadores por Unidade Orgânica (excluindo Agrupamento de Escolas)



Distribuição percentual das diferentes carreiras e categorias

Do total de 111 trabalhadores que dependem das unidades orgânicas da autarquia, as três principais carreiras representadas são as de assistente operacional (63%), assistente técnico (19%) e técnico superior (20%).

Porque a formação contínua visa promover a atualização e a valorização pessoal e profissional dos funcionários e agentes, em consonância com as políticas de desenvolvimento, inovação e mudança da administração autárquica, no ano de 2021, 16 trabalhadores realizaram formação externa.

Ainda na área dos Recursos Humanos, em 2021, o Município de Vila Flor enquadrou 3 estágios no âmbito do PEPAL (estágio Profissionais na administração local).

Durante o ano de 2021 verificou-se a saída de 3 trabalhadores, por aposentação, não se tendo verificada a admissão de qualquer trabalhador, salvo os trabalhadores contratados para desempenho de funções com contrato de trabalho a termo resolutivo (Resolutivo Certo) para o exercício de funções pelo período de 4 meses.

Em 1 de setembro de 2021 foram nomeados em comissão de serviço, pelo período de 3 anos, 5 Dirigentes Intermédios de 3º grau.

Neste momento estão a decorrer procedimentos concursais para a celebração de contratos de trabalho para o exercício de funções públicas com um contrato por tempo indeterminado assim distribuídos:

Técnicos Superiores – 1 (área da engenharia eletrotécnica):

Assistentes Técnicos – 2

Assistentes Operacionais – 18, assim distribuídos:

3 Na área de trolha;

2 Na área de canalizador;

1 Na área de calceteiro;

5 Na área de manobreadores de máquinas;

4 Na área indiferenciada;

3 Na área de serviços gerais para exercício de funções no Agrupamento de Escolas de Vila Flor.

CAPITULO II – Reporting Económico-Financeiro

Análise da Execução Orçamental

A atividade desenvolvida ao longo do exercício de 2021, tendo em conta as alterações orçamentais efetuadas, correspondeu, relativamente aos objetivos estabelecidos no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes), ao seguinte desempenho:

- A taxa de realização do orçamento foi de 86,07 %, a que corresponde um montante de despesa realizada de 10.216.261,48 €;
- A taxa de realização das Grandes Opções do Plano que englobam o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades Mais Relevantes (AMR), foi de 81,32 % correspondendo a despesa de 4.367.409,88 €.

Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

O quadro a seguir sintetiza o desempenho da execução dos diversos programas que compõem o PPI.

Programa	Montante Previsto	Executado	Taxa de Execução
Educação	247 000,00 €	94 139,65 €	38%
Cultura, Desporto e Tempos Livres	772 500,00 €	643 327,77 €	83%
Ação Social	0,00 €	0,00 €	0%
Habitação e Urbanismo	1 099 800,00 €	674 508,91 €	61%
Saneamento e Salubridade	119 200,00 €	33 877,32 €	28%
Proteção Civil	8 000,00 €	0,00 €	0%
Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público	623 000,00 €	311 441,29 €	50%
Comunicações e Transportes	641 700,00 €	466 836,18 €	73%
Defesa do Meio Ambiente	110 500,00 €	96 242,20 €	87%
Reestruturação de Instalações e Modernização de Equipamento	420 000,00 €	360 768,54 €	86%
Outras Despesas	97 000,00 €	11 408,65 €	12%
TOTAL	4 138 700,00 €	2 692 550,51 €	65%

O desempenho global situou-se nos 65 % da dotação total, com uma despesa correspondente na ordem dos 2.692 mil de euros.

Os objetivos onde se verificaram maior investimento foram a Habitação e Urbanismo, Cultura, Desporto e Tempos Livres e Comunicações e Transportes, com uma taxa de execução em relação ao montante previsto de 61%, 83% e 73% respetivamente.

O quadro seguinte demonstra a comparação da execução do PPI, entre os anos de 2019-2021.

Programa	2019	2020	2021
Educação	856 061,50 €	154 524,53 €	94 139,65 €
Cultura, Desporto e Tempos Livres	369 088,47 €	316 756,84 €	643 327,77 €
Ação Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Habitação e Urbanismo	425 167,32 €	874 148,98 €	674 508,91 €
Saneamento e Salubridade	116 742,16 €	413 935,99 €	33 877,32 €
Proteção Civil	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público	158 827,66 €	1 018 473,97 €	311 441,29 €
Comunicações e Transportes	85 047,42 €	39 490,73 €	466 836,18 €
Defesa do Meio Ambiente	52 068,48 €	104 184,22 €	96 242,20 €
Reestruturação de Instalações e Modernização de Equipamento	109 808,80 €	534 496,40 €	360 768,54 €
Outras Despesas	12 126,63 €	1 845,00 €	11 408,65 €
TOTAL EXECUTADO	2 184 938,44 €	3 457 856,66 €	2 692 550,51 €
TOTAL PREVISTO	3 659 200,00 €	4 378 200,00 €	4 138 700,00 €

Da sua análise depreende-se que o investimento executado diminuiu 765.306,15 € em relação a 2020, que equivale a um decréscimo de 22,13 %, e aumentou, comparativamente a 2019, 23,23%.

Orçamento da Receita

Receitas Correntes

As receitas correntes, pela sua natureza, têm uma função importante na gestão financeira da autarquia.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2021



Receitas	Dotação Corrigida	Execução	Peso da Rubrica	Taxa de Execução
Correntes	8 713 581,00 €	8 419 762,17 €	77,49%	97%
Capital	3 286 419,00 €	2 045 726,19 €	18,83%	62%
Outras Receitas	400 000,00 €	400 000,00 €	3,68%	100%
Total Geral	12 400 000,00 €	10 865 488,36 €	100,00%	87,62%

A cobrança foi inferior à dotação corrigida em 12,38 %. Os cerca de 10,86 milhões de euros arrecadados representam a base de financiamento do conjunto de despesas regulares e imprescindíveis ao funcionamento da Autarquia.

Como se pode observar do quadro abaixo, as receitas mais relevantes advêm das Transferências e Subsídios Correntes da Administração Central - Orçamento de Estado (FEF, FSM, participação variável no IRS, etc), Impostos Diretos e Venda de Bens e Serviços.

RECEITAS CORRENTES	2019	2020	2021
Impostos Diretos	663 001,89 €	636 642,63 €	704 857,78 €
Impostos Indiretos	3 249,96 €	2 641,07 €	1 742,57 €
Taxas, Multas e Outras Penalidades	31 880,18 €	30 995,03 €	37 163,14 €
Rendimentos de Propriedade	297 141,68 €	297 872,50 €	295 915,76 €
Transferências e Subsídios Correntes	5 932 133,87 €	6 364 288,91 €	6 822 417,55 €
Vendas de Bens e Serviços Correntes	700 427,95 €	460 003,32 €	537 731,85 €
Outras Receitas Correntes	7 090,75 €	339 798,81 €	19 933,52 €
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	7 634 926,28 €	8 132 242,27 €	8 419 762,17 €

De salientar que as receitas correntes tiveram um acréscimo relativamente a 2020 de 287.519,90 €.

Receitas Capital

Em relação às receitas de capital, o Município continua, inevitavelmente, muito dependente das transferências de terceiros.

Como se pode constatar, as Transferências de Capital representam a quase a totalidade da Receita de Capital.



RECEITAS DE CAPITAL	2019	2020	2021
Venda de Bens de Investimento	36 532,00 €	20 210,00 €	48 730,00 €
Transferências de Capital	2 551 987,95 €	3 105 936,88 €	1 996 996,19 €
Passivos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras Receitas de Capital	0,00 €	34 380,00 €	0,00 €
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	2 588 519,95 €	3 160 526,88 €	2 045 726,19 €

Destas transferências a rondar os 2.046 mil euros, cerca de 701 mil euros referem-se a financiamentos comunitários e 636.875 € dizem respeito ao FEF de Capital.

Orçamento da Despesa

Despesas Correntes

As despesas correntes pagas, com uma execução de 82,40 %, em relação à dotação corrigida, representam cerca de 10,2 milhões de euros.

Despesas	Dotação Corrigida	Execução	Peso da Rubrica	Taxa de Execução
Correntes	7 862 200,00 €	7 155 486,62 €	70,03%	91%
Capital	4 537 800,00 €	3 062 223,02 €	29,97%	67%
Total Geral	12 400 000,00 €	10 217 709,64 €	100,00%	82,40%

Na sua composição é notório o peso da rubrica Despesas com Pessoal e a de Aquisição de Bens e Serviços. Estas rubricas representam 79 % da despesa total.

DESPESAS CORRENTES	2019	2020	2021
Despesas com o Pessoal	3 245 980,81 €	3 094 051,41 €	3 413 066,13 €
Aquisição de Bens e Serviços	2 342 425,49 €	2 256 828,83 €	2 210 992,36 €
Juros e Outros Encargos	4 767,71 €	4 232,90 €	18 425,37 €
Transferências Correntes	1 242 994,85 €	1 042 856,65 €	1 421 961,28 €
Subsídios	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras Despesas Correntes	33 664,37 €	37 678,25 €	91 041,48 €
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	6 869 833,23 €	6 435 648,04 €	7 155 486,62 €

Na análise da evolução entre 2019 a 2021 constata-se uma subida da despesa corrente, de 2019 para 2021, na ordem dos 4,16 %, e de 11,19 % de 2020 para 2021.

Despesas Capital

As despesas de capital pagas, com uma execução de 67 %, cerca de 3,1 milhões de euros, representam o investimento que o Município realiza com os diversos projetos que constam no Plano Plurianual de Investimentos.

DESPESAS DE CAPITAL	2019	2020	2021
Aquisição de Bens de Capital	2 184 938,44 €	3 457 856,66 €	2 692 550,51 €
Transferências de Capital	64 833,02 €	114 492,43 €	169 060,17 €
Ativos Financeiros	31 425,00 €	7 856,24 €	0,00 €
Passivos Financeiros	256 787,06 €	200 408,11 €	200 612,34 €
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	2 537 983,52 €	3 780 613,44 €	3 062 223,02 €

Estas despesas são totalmente absorvidas pela Aquisição de Bens de Capital, que representa 88% do total.

Equilíbrio Orçamental

Assim, neste exercício económico registaram-se os seguintes valores:

	Valor
Receitas Correntes	8 419 762,17 €
Despesas Correntes	7 155 486,62 €
Diferença	1 264 275,55 €
Receitas de Capital	2 045 726,19 €
Despesas de Capital	3 062 223,02 €
Diferença	-1 016 496,83 €

Deste resumo conclui-se que as receitas correntes foram superiores às despesas da mesma natureza em 1.264.275,55 € (poupança corrente).

No lado do capital, as despesas foram superiores às receitas em 1.016.496,83 €.

No artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), sob a epígrafe “Equilíbrio Orçamental”, prevê-se o seguinte:

“1. Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

3. O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

4. Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão de capital contraído pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.”

Por sua vez, no artigo 83.º do mesmo diploma legal, integrado no Título V, intitulado de “Disposições finais e transitórias”, prevê-se, ainda, relativamente ao equilíbrio orçamental, que:

“Para efeitos do n.º 4 do artigo 40.º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de vida útil remanescente do contrato.”

Face ao disposto, foram calculadas as amortizações médias de empréstimos da seguinte forma:

Empréstimo	Montante Contratado	Montante em Dívida em 31/12/2013	Anos Vida Útil em 2013	Amortização Média de Empréstimo
Construção de 30 Habitações Sociais em Vila Flor	463.612,69 €	229.460,93 €	9	25.495,66 €
Construção do Recinto da Feira	232.792,08 €	100.738,28 €	8	12.592,29 €
Intempéries	124.699,47 €	59.497,12 €	8	7.437,14 €
Aquisição de Edifício - Centro de Arte de Graça Morais	268.103,87 €	143.865,19 €	9	15.985,02 €
Estádio Municipal de Vila Flor	968.755,00 €	718.516,72 €	13	55.270,52 €
Loteamento da Quinta dos Lagares	1.446.514,00 €	683.076,14 €	9	75.897,35 €
TOTAL				192.677,98 €

Uma vez que a receita corrente se cifrou em 8.419.762,17 € e a soma da despesa corrente (7.155.486,62 €) com as amortizações médias de empréstimo (192.677,98 €) totalizou 7.348.164,60 €, verificou-se que o Município cumpriu a regra de equilíbrio orçamental, tendo um excedente de 1.071.597,57 €.

Análise da Situação Económico-Financeira

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passa, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões.

As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do Sistema de Normalização para as Administrações Públicas (SNC-AP).

A análise económica e financeira sintetiza os resultados e a situação patrimonial do Município de Vila Flor em 31 de dezembro de 2021.

Enquanto a execução orçamental reflete a receita e a despesa de determinado exercício económico, o Balanço e as Demonstrações de Resultados espelham a situação do Município a nível patrimonial, ou seja, demonstram os seus bens, direitos e obrigações.

A atividade de um município tem aspetos muito particulares, bem distintos da atividade de uma qualquer empresa. De facto, enquanto estas transformam e/ou comercializam bens ou prestam serviços, com o objetivo final da maximização do lucro, boa parte da atividade dos municípios está concentrada, não na produção de bens ou serviços, mas na construção/aquisição de imobilizado, com o fim último de contribuir para a satisfação das necessidades dos munícipes e desta forma para o aumento do bem-estar público

A análise financeira far-se-á utilizando os seguintes elementos:

- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Rácios

Balanço

O balanço, é uma ferramenta de gestão, que apresenta a posição financeira e patrimonial da autarquia, traduzindo os seus direitos e obrigações.

Em 2021 o ativo do Município de Vila Flor atingiu os 45,1 milhões de euros, o que significa um aumento de 2,7 milhões de euros face ao ano anterior (6,72 %).

De seguida faz-se uma análise faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

Componentes do Ativo	2021	2020	Δ 2021/2020
Ativos fixos tangíveis	38 153 643,60 €	36 896 497,40 €	3,41%
Propriedades de Investimento			
Ativos intangíveis	72 927,52 €	42 807,90 €	70,36%
Participações financeiras	2 185 960,27 €	2 154 342,61 €	1,47%
Ativo não corrente	40 412 531,39 €	39 093 647,91 €	3,37%
Inventários	85 374,30 €	69 922,94 €	22,10%
Devedores p/transferências e subsídios não reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes	50 999,30 €	49 330,36 €	3,38%
Estados e outros entes públicos	114 292,03 €	47 028,59 €	143,03%
Outras contas a receber	266 034,33 €	188 102,58 €	41,43%
Diferimentos	35 968,08 €	38 218,24 €	-5,89%
Caixa e depósitos	4 173 255,97 €	3 930 420,29 €	6,18%
Ativo corrente	4 725 924,01 €	4 323 023,00 €	9,32%
Ativo Total	45 138 455,40 €	43 416 670,91 €	3,97%

Os ativos fixos tangíveis representam 85% do total do ativo e registaram uma subida de 1,26 milhões de euros. Este aumento deve-se sobretudo a obras e bens adquiridos, com o Município a manter uma política de forte investimento público.

As dívidas de terceiros representam 0,96 % do ativo e tiveram um aumento de 147 mil euros, devido ao incremento de IVA a receber da Autoridade Tributária.

Os diferimentos ascendem a 36 mil euros e dizem respeito a gastos a reconhecer, verificando-se uma diminuição relativamente ao ano anterior.

Quanto às disponibilidades, é de salientar o aumento de 3,93 milhões de euros em 2020 para 4,17 milhões de euros em 2021. Este incremento deve-se ao aumento da receita em verbas oriunda de financiamentos comunitários.

Em relação ao passivo, o Município fechou o ano com 2,2 milhões de euros, sendo constituído em 51 % por passivo não corrente e em 49 % por passivo corrente.

De seguida pode verificar-se a evolução das suas rubricas.

Componentes do Passivo	2021	2020	Δ 2021/2020
Provisões	31 972,01 €	45 839,79 €	-30,25%
Financiamentos Obtidos	221 574,31 €	342 595,58 €	-35,32%
Outras contas a pagar	890 531,99 €	896 575,14 €	-0,67%
Passivo não corrente	1 144 078,31 €	1 285 010,51 €	-10,97%
Fornecedores	284 427,44 €	272 711,46 €	4,30%
Estados e outros entes públicos	57 419,57 €	38 026,23 €	51,00%
Financiamentos Obtidos	118 020,32 €	197 611,39 €	-40,28%
Fornecedores de investimentos	46 622,25 €	24 596,93 €	89,54%
Outras contas a pagar	579 170,05 €	697 110,79 €	-16,92%
Passivo corrente	1 085 659,63 €	1 230 056,80 €	-11,74%
Passivo Total	2 229 737,94 €	2 515 067,31 €	-11,34%

Comparando com o período homólogo, o total do passivo teve uma variação negativa de 11,34%, que resulta, essencialmente, da diminuição dos financiamentos obtidos, das provisões e das outras contas a pagar. As rubricas a fornecedores e fornecedores de investimento tiveram um aumento de 4,30 % e 89,54 %, respetivamente, traduzido num ligeiro aumento total da dívida a fornecedores na ordem dos 34 mil euros.

Os fundos próprios do Município passaram a totalizar 42,9 milhões de euros, que traduz um acréscimo de cerca de 2,01 milhões de euros relativamente ao ano anterior.

Componentes do Património Líquido	2021	2020	Δ 2021/2020
Património/Capital	15 602 093,69 €	15 602 093,69 €	0,00%
Reservas	1 017 589,53 €	1 007 063,83 €	1,05%
Resultados transitados	12 121 333,60 €	11 821 976,50 €	2,53%
Ajustamentos em ativos financeiros	- 2 150 168,54 €	- 2 288 285,67 €	-6,04%
Outras variações no património líquido	16 178 952,69 €	14 548 241,32 €	11,21%
Resultado líquido do período	138 916,49 €	210 513,93 €	-34,01%
Património Líquido Total	42 908 717,46 €	40 901 603,60 €	4,91%

Demonstração de Resultados

Para compreendermos a formação do resultado líquido, temos que ter em conta que parte da receita contabilizada na classe 7 não é canalizada para gastos correntes (custos do exercício), mas sim para investimentos, contabilizadas na classe 4. Só uma parte desta despesa de investimento é transferida anualmente para custos, por via das amortizações do exercício. Como a maioria da receita vai à classe 7 (proveitos), mas parte substancial da despesa vai à classe 4, é normalmente originado um resultado líquido positivo.

O resultado líquido ascende a cerca de 138,9 mil euros, consequência da dinâmica dos gastos e rendimentos integrantes desta natureza, verificando-se uma diminuição face ao ano anterior na ordem dos 71.6 mil euros.

Os rendimentos em 2021 foram de 8,95 milhões de euros para um nível de gastos de 8,81 milhões de euros, tendo-se verificado um aumento de 7.69 % nos gastos e de 6,64 % nos rendimentos.

Efetuada uma análise aos gastos de 2021, podemos concluir que houve um aumento de 629 mil euros face a 2020.

Gastos	2021	2020	Δ 2021/2020
Transferências e Subsídios Concedidos	1 586 945,95 €	1 198 666,00 €	32,39%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	106 499,47 €	140 888,80 €	-24,41%
CMVMC	596 354,21 €	518 223,19 €	15,08%
FSE	1 815 175,76 €	1 840 913,25 €	-1,40%
Gastos com o pessoal	3 346 056,71 €	3 161 851,02 €	5,83%
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	1 296 705,35 €	1 279 452,38 €	1,35%
Perdas por Imparidade	- €	56,35 €	-100,00%
Provisões do Período	- €	13 867,78 €	-100,00%
Outros Gastos e Perdas	40 291,63 €	20 126,02 €	100,20%
Ganhos e Perdas por Juros e outros Encargos	18 842,77 €	3 829,08 €	392,10%
Total	8 806 871,85 €	8 177 873,87 €	7,69%

As transferências e subsídios correntes concedidos tiveram um aumento de 388,3 mil euros, comparativamente a 2020.

Quanto aos rendimentos a rubrica de Transferências e subsídios correntes obtidos representa o maior contributo com cerca de 77% dos rendimentos totais, tendo sofrido um aumento de 5.16% relativamente a 2020.

Rendimentos	2021	2020	Δ 2021/2020
Impostos, contribuições e taxa	835 538,84 €	754 730,41 €	10,71%
Vendas	206 151,07 €	201 115,90 €	2,50%
Prestações de serviços e concessões	522 420,89 €	509 996,65 €	2,44%
Transferências e subsídios correntes obtidos	6 851 438,65 €	6 515 232,31 €	5,16%
Provisões do Período	13 867,78 €	- €	#DIV/0!
Outros rendimentos	515 228,21 €	406 578,04 €	26,72%
Juros e rendimentos similares obtidos	1 142,90 €	734,49 €	55,60%
Total	8 945 788,34 €	8 388 387,80 €	6,64%

Indicadores Económico-financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamento de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstrações de resultados, para quantificar factos, detetar anomalias

e fazer comparações no tempo. De seguida discriminam-se os principais indicadores económico-financeiros:

Indicadores	Rácio	2021	2020
Autonomia Financeira	Património Líquido / Ativo	95%	94%
Solvabilidade	Património Líquido / Passivo	19,24	16,26
Liquidez Geral	Ativo Corrente / Passivo Corrente	4,35	3,91
Liquidez Reduzida	(Ativo Corrente-Inventário) / Passivo Corrente	4,27	3,46
Liquidez Imediata	Disponibilidades / Passivo Corrente	3,84	3,20
Rendimento do Património Líquido	Resultado Líquido / Património Líquido	0,32%	0,51%

Da análise dos indicadores económico-financeiros destaca-se o seguinte:

- O rácio da Autonomia Financeira, que evidencia a parte do Ativo coberto pelo Património Líquido, tem um valor elevado, o que comprova uma reduzida dependência da autarquia face aos seus credores.
- O rácio da Solvabilidade, que mede a capacidade financeira global da autarquia poder solver melhor ou pior os seus compromissos, definindo o grau de dependência em relação aos credores, revela um valor muitíssimo aceitável;
- Os rácios da Liquidez apresentam um valor excelente, o que significa que o ativo corrente cobre na totalidade o passivo corrente.

Por estes indicadores, facilmente se conclui que o Município possui uma inegável robustez financeira, pelo que numa perspetiva de curto ou médio e longo prazo, pode-se afirmar que as questões de ordem financeira não comprometem a atividade futura.

Limites Legais

Limite de Endividamento

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais - RFALEI) veio, no seu artigo 52.º, estabelecer um novo conceito no que

concerne o endividamento municipal, que é o da dívida total de operações orçamentais, regendo-se pelos seguintes normativos:

- Artigo 52.º do RFALEI – Definição do limite de dívida total que não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1.5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores;
- O n.º 2 do art.º 52.º do RFALEI – A dívida total de operações orçamentais do Município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais;

No artigo 54.º do RFALEI referem-se as entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total, que são:

- Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou de direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento;
- As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos sectores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimentos das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei;
- As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município;
- As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total. A dívida total de operações orçamentais será o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, bem como para aferir dos municípios que se encontrem em situação de saneamento financeiro (art.º 58.º) e em situação de rutura financeira (art.º 61.º).

Tendo presente o teor da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o limite da dívida total para o Município em 2021, é apurado do seguinte modo:

Receita Corrente Líquida 2018	Receita Corrente Líquida 2019	Receita Corrente Líquida 2020	Média (2017,2018,2019)	Limite (2021) = 1,5 * Média (2018,2019,2020)
7 846 932 €	7 634 926 €	8 132 242 €	7 871 367 €	11 807 050 €

Tendo presente o estipulado na referida lei, a dívida do Município cifra-se em 1.339.165,74 €.

Relativamente à dívida de outras entidades, que pode ser imputada ao Município, apresentam-se abaixo os seus montantes, de acordo com a informação por elas prestada:

ENTIDADE	%	Contribuição para a Dívida do Município
Associação dos Municípios da Terra Quente Transmontana	15,00%	239 240,55 €
Agência de Energia de Trás-os-Montes - AE-TM	6,66%	6,66 € a)
Associação Nacional dos Municípios Portugueses	0,28%	0,00 € f)
Fundação Museu do Douro	0,58%	1 173,34 €
Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes	7,62%	4 976,95 €
Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	0,60%	0,00 €
AIN - Agro-Industrial do Nordeste, SA	49,10%	0,00 € b)
ADEMO - Associação para o Desenvolvimento dos Municípios Olivícolas Portugueses	6,77%	0,00 € e)
Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua - Associação ADRVT	10,10%	0,00 € e)
Águas do Norte, SA	0,08%	0,00 € c)
Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	1,16%	3 546,39 € a)
Resíduos do Nordeste, EIM, SA	4,75%	0,00 € d)
DESTEQUE - Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente	7,14%	21 313,10 € a)
TOTAL		270 256,99 €

a) Considerada a dívida total com inclusão de dívida não-orçamental.

b) Foi feita a cobertura dos prejuízos - Cumprimento da regra de equilíbrio de contas prevista no artigo 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

c) Esta entidade faz parte do sector empresarial do Estado, pelo que, não releva para o endividamento do Município, conforme alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro.

d) Esta entidade não contribui para o endividamento, ao abrigo do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e artigo 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

e) Não prestou informação.

f) Não contribui para a dívida Municipal.

Face aos limites da dívida total impostos pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a conclusão a reter, quanto ao cumprimento do limite legal, é que o Município cumpriu integralmente o mesmo.

Proposta para Aplicação de Resultados

Propõe-se que o resultado líquido do exercício, no montante de **138.916,49 €**, tenha a seguinte aplicação:

- Que sejam constituídas Reservas Legais no montante de **6.945,82 €**, correspondente a 5% do resultado líquido;
- O restante valor, **131.970,67 €**, seja transferido para a conta 56.1 «Resultados Transitados».

CAPITULO III – *Reporting* de Atividades

Num ano completamente diferente, e em que obrigatoriamente, as nossas atenções estiveram muito concentradas no combate à pandemia de COVID-19, não podemos deixar de salientar o enorme trabalho desenvolvido pelos colaboradores das várias áreas do Município.

Com o presente relatório de atividades, pretende-se informar os cidadãos sobre as atividades mais relevantes desenvolvidas pelo Município em 2021.

UNIDADE ADMINISTRATIVA E QUALIDADE

A Unidade Orgânica (UO) Administrativa e Qualidade visa ser um Referencial de Qualidade ao nível da Administração Pública, e no Município de Vila Flor.

Essa qualidade deve reconhecer-se em todas as ações que implementa nos serviços administrativos do município, nos recursos humanos e no atendimento ao público, através das atividades que desenvolve nas diversas áreas da sua missão.

Procura sustentar a sua atividade num Modelo de Gestão, de Liderança e de Relacionamento Interpessoal amplamente motivadores para todos os colaboradores, orientados por Metodologias de Trabalho Eficientes, Produtivas e Recompensadoras.

A UO Pretende garantir o bom funcionamento dos serviços municipais, nomeadamente: a eficaz gestão integrada dos Recursos Humanos, Qualidade e Modernização Administrativa, Atendimento ao Público e Apoio aos Órgãos Autárquicos, com o intuito de prestar sempre o melhor serviço ao munícipe/ cidadão.

Aplica-se nomeadamente na promoção da melhoria do atendimento ao munícipe, potenciando a implementação de procedimentos de gestão administrativa cada vez mais eficientes e eficazes. Pretende garantir os Direitos dos trabalhadores do Município sem deixar de alertar para os seus deveres enquanto prestadores de serviço público ao cidadão. Presta o apoio e assessoria aos órgãos autárquicos, numa perspetiva de melhoria dos serviços municipais, preservando sempre o cumprimento dos normativos legais essenciais a sua prestação enquanto servidores públicos.

As suas áreas de atividade principais desenvolvem-se nos seguintes setores:

1. Setor de qualidade
2. Subunidade Orgânica de Recursos Humanos
3. Secção de Expediente Geral
4. Setor de Apoio Administrativo às reuniões de Câmara e Oficial Público
5. Arquivo
6. Balcão Único de Atendimento

1- Setor de Qualidade

Durante o ano de 2021, foram realizadas uma auditoria interna e uma auditoria externa.

A auditoria interna decorreu em 14/07/2021, teve como objetivo verificar a implementação e aptidão/ eficácia do SGQ para cumprir os critérios da auditoria (Manual da qualidade; Procedimentos e Instruções de Trabalho; NP EN ISO:9001/2015) aplicados ao âmbito em avaliação (Prestação de serviços: licenças administrativas, excluindo as licenças de operações urbanísticas) e identificar as oportunidades de melhoria. A metodologia utilizada reverteu em entrevistas, verificação de práticas e análise de registos, procedimento e outros documentos.

A equipa auditora assinalou uma não conformidade e cinco oportunidades de melhoria conforme tabela que segue:

Nº	Classificação (NC/OM) ¹	Processo Requisito	Descrição
1	NC	9.1 PA.02 Informática	A EA constatou que os pedidos de intervenção solicitados, via telefone, não são registados. Desta forma o indicador "Tempo de resposta às ocorrências e pedidos de assistência à informática" não traduz a realidade das intervenções efetuadas.
2	OM	PA.02 Informática	A EA sugere que os pedidos de intervenção solicitados ao serviço de informática sejam subdivididos em: Prioridade "Alta"; Prioridade "Média" e Prioridade "Baixa" e que sejam todos contabilizados no Indicador. Recomenda ainda que a meta de 5 dias deverá ser revista uma vez que pela verificação do histórico do indicador, a média de dias de resolução é sempre de 1 dia.
3	OM	PA.04 Património	Foi evidenciada a existência de uma proposta de Revisão do Regulamento de Inventário e Cadastro do Património da Câmara Municipal de Vila Flor, com data de 18 de junho de 2021. A EA recomenda que, esta versão seja aprovada com a maior brevidade, uma vez que este documento interno de cumprimento obrigatório é indispensável para o bom funcionamento do serviço.
4	OM	PA.04 Património	A EA sugere que o Serviço de Património elabore modelo de impresso "Auto de Transferência" e, que o mesmo seja difundido pelos diversos serviços municipais, para que seja minimizado o risco associado à transferência de bens.
5	OM	PA.01 Recursos Humanos	Não obstante, de a organização identificar determinados riscos nomeadamente no PA.01 Recursos Humanos, a mesma não os evidencia no suporte documental (Por exemplo: desinteresse de alguns colaboradores para participação em ações de formação), o que limita a avaliação de desempenho do Processo, pelo que sugere-se a revisão de riscos por forma a obtermos uma melhor perceção do processo.
6	OM	PO.01 – Licenças Administrativas	A EA sugere que sejam incluídos na ficha do processo PO.01 – Licenças Administrativas todos os regulamentos internos.

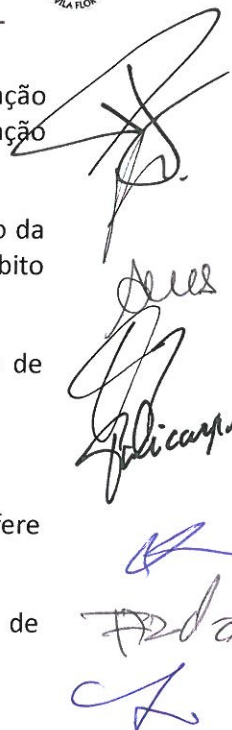
[Handwritten signatures and initials]

Relativamente à Auditoria Externa, referir que foi realizada em 02/08/2021, tendo o âmbito da certificação recaído sobre "Prestação de Serviços de Licenças Administrativas", tendo por base o referencial normativo NP EN ISO:9001/2015.

Os objetivos da Auditoria foram avaliar a conformidade e eficácia do sistema com os critérios da auditoria; Avaliar a eficácia do sistema de forma a garantir o cumprimento dos requisitos regulamentares, estatutários, legais e contratuais aplicáveis às atividades das organizações (identificação, controlo e verificação da conformidade); Avaliar a eficácia do sistema de forma a garantir o cumprimento continuo com os objetivos definidos e um julgamento da capacidade da organização para providenciar de forma sistemática um produto e/ou um serviço de acordo com os requisitos aplicáveis; Identificar potenciais áreas de melhoria no sistema da organização.

A auditoria foi realizada por amostragem e não foram identificadas nenhuma "não conformidades", no entanto foram apresentadas as seguintes "Oportunidades de Melhoria" do Sistema:

- 1 – No âmbito do PA02 – Tecnologias de informação – recomendação para que a organização crie mecanismos associados a regras e prioridades na resolução dos pedidos de intervenção apenas para os provenientes da plataforma informática interna;
- 2 – Sugestão para que seja sistematizada a aplicação prevista da metodologia de avaliação da satisfação dos colaboradores na sequência da resolução dos pedidos de intervenção no âmbito do PA02 – Tecnologias de informação;
- 3 – Recomendação para que seja avaliada a abrangência da avaliação de fornecedores de serviços associado às atividades do âmbito do sistema;
- 4 – Recomendação para a clarificação dos recursos associados aos objetivos e indicadores;
- 5 – Recomendação para que seja clarificada a Tabela de controlo dos registos no que se refere aos registos de origem externa,
- 6 – Recomendação para que seja melhorado o planeamento e registo do processo de higienização e limpeza no balcão único.



2- Subunidade orgânica de Recursos Humanos

O Quadro que segue evidencia resultado dos indicadores monitorizados nos recursos humanos:

RECURSOS HUMANOS			
2021			
N.º	Descrição da Atividade	Execução/R esultado	Observações
1	Nº de Recrutamentos de Prestação de Serviços em regime de avença	3	
2	Nº de Procedimentos Concursais em curso	8	
3	Nº de Mobilidade intercarreira/ intercategoria	4	
4	Nº de Aposentações	3	
5	Valor gasto com Horas Extraordinárias	57.790,14€	
6	Valor gasto com Ajudas de Custo	2.838,95€	
7	PEPAL - em funções	3	
8	Estágio Curricular	0	
9	Nº de Ações de Formação	9	
10	Nº de formandos em Ações de Formação	16	
11	Nº Trabalhadores em Teletrabalho	1	
12	Nº de Eleitos em funções	3	Presidente; Vice-Presidente; Vereador

13	Nº de Nomeações – Gabinete de Apoio à Presidência	3	Chefe de Gabinete; Adjunto; Secretária
14	Nº por Categoria – Informáticos	3	
15	Nº por Categoria – Dirigentes Intermédios	5	
16	Nº por Categoria – Técnicos Superiores	20	
17	Nº por Categoria – Assistentes Técnicos	18	
18	Nº por Categoria – coordenadores Técnicos	1	
19	Nº por Categoria – Assistentes Operacionais	37	
20	Nº por Categoria – Encarregados Operacionais	3	
21	Nº por Categoria – Assistentes Operacionais na educação	23	
22	Nº por Categoria – Escolas – Assistentes Técnicos	6	
23	Nº por Categoria – Escolas - Coordenadores Técnicos	1	
24	Nº por Categoria – Escolas – Assistentes Operacionais	27	
25	Nº por Categoria – Escolas – Encarregados Operacionais	1	
26	Nº por Categoria – Fiscal Municipal	1	
27	Nº total de trabalhadores em funções Públicas	146	

3- Secção de Expediente Geral

Em 2021 foram celebrados os seguintes protocolos com o Município:

TIPO	ENTIDADES SIGNATÁRIAS	DATA DE CELEBRAÇÃO	DATA DE INÍCIO DO PROTOCOLO	DATA DE TERMINO DO PROTOCOLO	VERBA ASSOCIADA QUANDO APLICÁVEL	INFORMAÇÃO ADICIONAL	VALOR GLOBAL PREVISTO/PROGRAMA
PROTOCOLO	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO VALE DO TUA (ADRVT) E MUNICIPIO DE VILA FLOR	01/01/2021		31/12/2021	€28.729,23 (vinte e oito mil setecentos e vinte e nove euros e vinte e três cêntimos)		
ADITAMENTO	DIREÇÃO-GERAL DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES (DGEsTE)/INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL, I.P. (ISS)/MUNICIPIO DE VILA FLOR/MUNICIPIO DE VILA FLOR	04/01/2021	Ano letivo 2020/2021	Ano letivo 2021			
PROTOCOLO COOPERAÇÃO (COMPRO EM V. FLOR)	MUNICIPIO DE VILA FLOR/CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL S. BARTOLOMEU DE VILA FLOR (PROGRAMA CLDS 4G) ELABORAÇÃO DO PROGRAMA «COMPRO EM VILA FLOR»	25/01/2021		Até término da verba	€18.000 (dezoito mil euros)	3 tranches iguais de €6.000 (seis mil euros); 1ª tranche até 31 janeiro/21; 2ª tranche até 28 fevereiro/21; 3ª tranche até 31 março/21	

RELATÓRIO DE GESTÃO 2021



PROTOCOLO	MUNICIPIO DE VILA FLOR E SILVIDOURO-ASSOCIAÇÃO AGRO-FLORESTAL	31/03/2021	01/01/2021	15/06/2021	€20.000 (vinte mil euros)	Comparticipação cmvf em 6 tranches; 5 tranches de €3.000; ultima tranche de €5.000	
PROTOCOLO (PIT)	AGRUPAMENTO ESCOLAS DE VILA FLOR/MUNICIPIO DE VILA FLOR	23/04/2021	26/04/2021	18/06/2021	Sem encargos financeiros		
ACORDO DE COOPERAÇÃO	MUNICIPIO DE VILA FLOR; CCDR-N; CIM TERRAS DE RTAS-OS-MONTES	30/04/2021					
TIPO	ENTIDADES SIGNATÁRIAS	DATA DE CELEBRAÇÃO	DATA DE INÍCIO DO PROTOCOLO	DATA DE TERMINO DO PROTOCOLO	VERBA ASSOCIADA QUANDO APLICÁVEL	INFORMAÇÃO ADICIONAL	VALOR GLOBAL PREVISTO/PROGRAMA
PROTOCOLO	MUNICIPIO DE VILA FLOR/AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VILA FLOR	13/05/2021	13/05/2021	31/12/2021	€10.000 (dez mil euros)	2 tranches de €5.000; 1ª tranche apos assinatura de protocolo; 2ª tranche apos 6 meses	
PROTOCOLO (FOR. MAT. DIDÁT.)	MUNICIPIO DE VILA FLOR/AGRUPAMENTO ESCOLAS DE VILA FLOR/FORNECIMENTO MATERIAL DIDATICO AOS JARDINS DE INFANCIA E ESCOLAS DO 1º CEB DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VILA FLOR	13/05/2021		31/12/2021	€3.000 (tres mil euros)	€2.000 (dois mil euros) na assinatura; €1.000 (mil euros) até final de outubro/2021	
PROTOCOLO (FCT)	ESCOLA EB 2,3/S DE CARRAZEDA DE ANSIÃES / MUNICIPIO DE VILA FLOR / SORAIA DE JESUS DO BEM RIBEIRO	21/06/2021	21/06/2021	Ano letivo de 2021/2022	Sem encargos financeiros		
PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO	MINISTRA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA; MINISTRA DO TRABALHO SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL; MINISTRA DA COESÃO TERRITORIAL; PRESIDENTE CM DE BRAGANÇA; PRESIDENTE CM DE MACEDO DE CAVALEIROS; PRESIDENTE CM DE MIRANDA DO DOURO; PRESIDENTE CM DE MIRANDELA; PRESIDENTE CM DE VILA FLOR	30/06/2021					



RELATÓRIO DE GESTÃO 2021



	PRESIDENTE CM VIMIOSO.						
PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO	UNIVERSIDADE DE TRAS-OS-MONTES E ALTO DOURO (UTAD) E MUNICIPIO DE VILA FLOR	06/07/2021	06/07/2021	Tempo indeterminado			
TIPO	ENTIDADES SIGNATÁRIAS	DATA DE CELEBRAÇÃO	DATA DE INÍCIO DO PROTOCOLO	DATA DE TERMINO DO PROTOCOLO	VERBA ASSOCIADA QUANDO APLICÁVEL	INFORMAÇÃO ADICIONAL	VALOR GLOBAL PREVISTO/PROGRAMA
CONTRATO PROGRAMA	MUNICIPIO DE VILA FLOR/VILA FLOR SPORT CLUBE	22/10/2021		31/12/2021	€20.000 (vinte mil euros) comparticipação CMVF		€40.100 (quarenta mil e cem euros)
CONTRATO PROGRAMA	ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA E DESPORTIVA DE SEIXO DE MANHOSES (ACRD)	22/10/2021	22/10/2021	31/12/2021	€16.000 (dezasseis mil euros) /tranche única		€32.000 (trinta e dois mil euros)
PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO	MUNICIPIO DE VILA FLOR E CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL S. BARTOLOMEU VILA FLOR «PROJETO CRIAR LAÇOS»	26/10/2021	26/10/2021	31/12/2021	€10.000 (dez mil euros)		€13.000 (treze mil euros)
PROTOCOLO	AUTORIDADE NACIONAL DE EMERGENCIA E PROTEÇÃO CIVIL/ASSOCIAÇÃO BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE VILA FLOR E MUNICIPIO DE VILA FLOR	08/11/2021	08/11/2021	24/11/2024		Protocolo é valido por 3 anos e renovável automática e sucessivamente por igual período	
CONTRATO PROGRAMA	MUNICIPIO DE VILA FLOR E CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL S. BARTOLOMEU VILA FLOR	17/11/2021		31/12/2021	€21.000 (vinte e um mil euros)		€35.300(trinta e cinco mil e trezentos euros)
PROTOCOLO COOPERAÇÃO	AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO VALE DO TUA (ADRVIT)/MUNICIPIO DE VILA FLOR (CMVF)	02/12/2021	02/12/2021	1 Ano, renovável sucessivamente por iguais períodos		Clausula 4ª, pontos 1 e 2; poderá haver transferência até máximo de €1.000 (mil euros)	

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO	INSTITUTO DOS VINHOS DO DOURO E DO PORTO (IVDP, I.P.)/MUNICÍPIO DE VILA FLOR	30/12/2021	30/12/2021	Tempo indeterminado			
TIPO	ENTIDADES SIGNATÁRIAS	DATA DE CELEBRAÇÃO	DATA DE INÍCIO DO PROTOCOLO	DATA DE TÉRMINO DO PROTOCOLO	VERBA ASSOCIADA QUANDO APLICÁVEL	INFORMAÇÃO ADICIONAL	VALOR GLOBAL PREVISTO/PROGRAMA
PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO	ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE TRAS-MONTES (AFTM) E MUNICÍPIO DE VILA FLOR	30/12/2021	30/12/2021	30/12/2024 Renovável por 3 anos sucessivamente	€5000 (cinco mil euros)	2 tranches de €2,500; 1ª tranche paga até dia 31 de janeiro c./Ano; 2ª tranche até 31 de maio do mesmo ano	
PROTOCOLO	AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO VALE DO TUA (ADRVIT)/MUNICÍPIO DE VILA FLOR (CMVF)	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2021	€28.729,23 (vinte e oito mil setecentos e vinte e nove euros e vinte e três cêntimos)	Transferência em 2021	

4- Setor de Apoio Administrativo às reuniões de Câmara e Oficial Público

Realizaram-se 27 reuniões de Câmara Municipal e foram reduzidos a escrito cerca de 70 contratos no âmbito do Código dos Contratos Públicos.

5- Arquivo

Foi proposto pela Câmara Municipal e deliberado em reunião de Assembleia Municipal de 20 de Dezembro de 2021, incluir no mapa de pessoal do município, um lugar para ocupação de cargo de técnico superior na área de arquivo, para otimizar a organização do arquivo municipal e definir critérios de registo que valorize a manutenção e preservação do acervo municipal. Oportunamente será proposta a abertura de procedimento concursal para recrutamento deste posto de trabalho.

6- Balcão único de Atendimento

Segue tabela com registos apurados na monitorização dos indicadores relativos ao atendimento e prestação de serviço ao munícipe:

BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO			
2021			
N.º	Descrição da Atividade	Execução/Resultado	Observações
	Nº de Atendimentos	8509	
		6	REGISTO DE CIDADÃOS DA EU

	Licenciamentos	7	CARACTERÍSTICAS CICLOMOTORES
		20	CEMITÉRIO INUMAÇÃO
		1	PROVAS DESPORTIVAS (área do concelho)
		2	RUIDO
		1	RECINTO ITINERANTE OU IMPROVISADO
	Reclamações	5	4 - Piscinas Municipais/ Parque Campismo; 1 - Balcão único de Atendimento (relativas a situações Relacionadas com a entrada na piscina descoberta, e consulta de processo administrativo)
	Prazo médio de Resposta às Reclamações	10	Em dias

[Handwritten signatures and notes in blue ink, including 'F. Almeida' and 'F. Carlos']

UNIDADE SOCIAL, DESPORTO E CULTURA

EDUCAÇÃO

O setor de educação, no ano em causa, desenvolveu diversas atividades, das quais destacamos:

- Celebração de um protocolo com o Agrupamento de Escolas para fornecimento de material pedagógico e didático aos Jardins de Infância e escolas do 1º ciclo do ensino básico
- Celebração de um protocolo com o Agrupamento de Escolas para manutenção e apetrechamento da escola Básica e Secundária de Vila Flor.
- Afetação de pessoal não docente, assistentes operacionais, assistentes técnicos;
- Investimento com a remodelação, requalificação e manutenção de edifícios;
- Ação social escolar;
 - Refeições servidas gratuitamente aos alunos do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico no total de 24.071 refeições;
 - Atribuição de vouchers para aquisição de cadernos de atividades a todos os alunos do Agrupamento de escolas do 1º ao 12º ano, no total de 24.948,41€;
 - Atribuição de transporte escolar gratuito a todos os alunos deslocados de todos os níveis de ensino;
 - Atribuição de transporte gratuito a todos os alunos residentes fora da sede de concelho, para realização de exames do ensino secundário;

- Ações desenvolvidas pelo Projeto Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar em todos os estabelecimentos do Agrupamento de Escolas.

CULTURA

Em 2021, o Município de Vila Flor desenvolveu as seguintes atividades:

- Celebração de protocolo com a Associação Cultural e recreativa de Vila Flor;
- Gala “Cantar dos Reis”;
- Promoção de iniciativas destinadas a fomentar os hábitos de leitura e a facilitar o acesso à biblioteca Municipal em tempo de confinamento COVID;

DESPORTO

Durante o ano em análise, e relativamente á área do desporto:

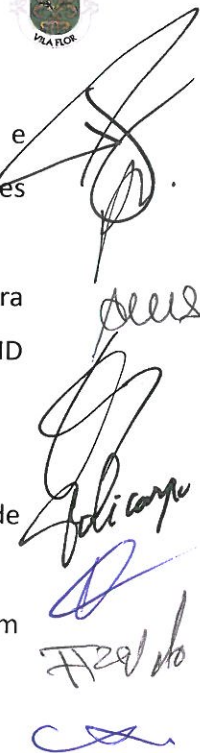
- Apoio ao associativismo, em que destacamos a celebração de contratos programa com associações desportivas que mantiveram as atividades;
- Atividades desenvolvidas pelo Centro de Formação do Município de Gira vólei;
- Desenvolvimento regular de ações de Atividade Física para adultos;

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO

A intervenção da Câmara Municipal de Vila Flor em matéria de ação social, no ano de 2021, desenvolveram-se inúmeras ações no âmbito social, sempre de forma integrada e sustentável através de uma ação em rede, com vista à construção de uma comunidade coesa e inclusiva, que exerça o mais possível uma cidadania ativa. Foram disponibilizados à população:

- Acompanhamentos psicossociais a indivíduos/famílias presenciais e à distância em período de confinamento COVID;
- Apoio e acompanhamento através na resolução de situações de reintegração da sua comunidade de origem, e particularmente na resolução de situações pendentes nos países onde estiveram emigrados;

- Apoio e acompanhamento a situações de particular fragilidade social e económica de indivíduos ou famílias, promovendo respostas para as situações problema apresentados;
- Continuidade ao plano de resposta de emergência social específica para situações identificadas como diretamente relacionadas com a pandemia COVID e outras de particular fragilidade social;
- Aprovação da Estratégia local de Habitação;
- Apoios específicos com respostas de complementares e promotoras de melhores condições de acesso a cuidados de saúde gerais e especializados.
- Apoios para beneficiação de habitação própria permanente a famílias em situação de fragilidade económica.



UNIDADE URBANISMO E OBRAS

Relativamente à Unidade Orgânica de Urbanismo e Obras, destacam-se as seguintes atividades:

1 – ESCOLA BÁSICA DE VILA FLOR

De acordo com a reunião dia 18 de Junho, pelas 14h30 entre as partes envolvidas, Câmara Municipal, Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana (AMTQT) e adjudicatária, Norcep - Construções, SA, foram corrigidas as deficiências construtivas que impossibilitavam a abertura do estabelecimento escolar. Foi elaborado o auto de receção provisória aos 09 de novembro de 2020. Aos 26 dias do mês de outubro de 2021 foi realizada uma vistoria para efeitos de liberação de caução. Continua-se a efetuar correções identificadas no auto.

2 – MELHORIA SUSTENTÁVEL – REDE PEDONAL E CICLÁVEL VILA FLOR-SEIXO DE MANHOSES-SAMÕES-VILA FLOR

A empreitada está concluída, foi efetuada vistoria e elaborado Auto de Receção Provisória, com algumas deficiências construtivas.

3 – RECONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO CENTRO DE ARTE GRAÇA MORAIS – ENCONTRO DAS ARTES / GRAÇA MORAIS

A empreitada foi adjudicada pelo valor de 1 066 690,65€ + IVA. O prazo contratual da empreitada foi prorrogado graciosamente até 15 de novembro de 2021, após análise efetuada pelos Técnicos responsáveis pela fiscalização, ao pedido formulado pela Habinordeste - Sociedade de Construções, Lda., estes recomendaram o

deferimento do requerido, justificando exaustivamente a sua orientação, desde que esta não acarrete acréscimo dos custos financeiros para a Câmara Municipal.

4 - QUALIFICAÇÃO URBANA DA PRAÇA DA REPÚBLICA, INCLUINDO REDE DE INFRAESTRUTURAS, MOBILIDADE E SEGURANÇA

O prazo da empreitada foi prorrogado graciosamente até 31 de julho de 2021, em virtude dos atrasos provocados pela pandemia, que impediram a execução normal dos trabalhos, permitir terminar o local onde se encontrava a grua da empreitada Encontro das Artes /Graça Morais e colocar o equipamento em falta. A empreitada encontra-se concluída.

5 - INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS COM VISTA A RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES DE TRATAMENTO INADEQUADO EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE: REMODELAÇÃO SAR - ARCO, BENHEVAI, FREIXIEL, MOURÃO, SAMPAIO, SANTA COMBA DA VILARIÇA I, SANTA COMBA DA VILARIÇA II, SEIXO DE MANHOSES I, SEIXO DE MANHOSES II, VALTORNO, VIEIRO, VILAS BOAS

As ETAR,s, iniciadas em 2019, Benlhevai, Santa Comba da Vilariça I e Santa Comba da Vilariça II, Vilas Boas, Vieiro e Freixiel e as ETAR,s a executar em 2020, Arco, Mourão, Sampaio, Seixo de Manhoses I e Seixo de Manhoses II e Valtorno estão concluídas e com os equipamentos instalados. Falta efetuar o arranque com instalação de linha GSM, os ensaios e testes necessários às sondas e equipamentos elétricos, que permitam o integral funcionamento.

6 - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA - INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIAS LED - 2ª FASE

A empreitada encontra-se em execução e prevê-se que seja terminada neste ano de 2021.

7 - CONSERVAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DO CENTRO CULTURAL

A empreitada foi adjudicada à empresa NCX - Construções, Engenharia e Gestão, Lda., pelo montante de 111.163,00 € (Cento e Onze Mil Cento e Sessenta e Três Euros) + IVA, em reunião do Executivo de 23/09/2019. O respetivo contrato data de 4 de novembro de 2019. A empreitada ainda não foi iniciada, pelo facto, do espaço a intervencionar, no Centro Cultural, estar provisoriamente ocupado devido às obras nos Paços do Concelho. Atualmente poderá ser iniciada.

8 - COMPLEXO TURÍSTICO DO PENEIREIRO - PISCINAS E ZONA DE LAZER

Foi concedida a dilatação do prazo contratual até 30/06/2021, para corrigir algumas anomalias nas tubagens e equipamentos e terminar os arranjos exteriores. A empreitada encontra-se concluída.

9 - ARRANJOS URBANÍSTICOS E DE LARGOS NO CONCELHO - VILA FLOR

A obra foi adjudicada em reunião do Executivo de 13/05/2020 à firma Graciosa Beiragrande Unipessoal, Lda. pela importância de 29.597,00 € (Vinte e Nove Mil Quinhentos e Noventa e Sete Euros) + IVA. A empreitada foi consignada em 14/09/2020, com dilatação de prazo concedida até 30/06/2021. A empreitada encontra-se concluída.

10 - ARRANJOS URBANÍSTICOS E DE LARGOS NO CONCELHO - CANDOSO

A empreitada foi adjudicada à empresa firma Graciosa Beiragrande Unipessoal, Lda., que apresentou proposta mais baixa no valor de 24.845,00 € (Vinte e Quatro Mil Oitocentos e Quarenta e Cinco Euros) + IVA, foi consignada em 07/09/2020. A empreitada encontra-se concluída.

11- BENEFICIAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS - SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

A empreitada foi adjudicada em 07/06/2021, à empresa Viamarca - Pinturas de Vias Rodoviárias, que apresentou a proposta economicamente mais vantajosa, no valor de 25 376,84€ (Vinte e cinco mil, trezentos e setenta e seis euros e oitenta e quatro centimos) + IVA. Foi elaborado o contrato em 26/07/2021. A empreitada encontra-se concluída.

12 - MELHORAMENTO DAS INSTALAÇÕES - CONSTRUÇÃO, CONSERVAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DOS JARDINS DE INFÂNCIA- REMOÇÃO DE FIBROCIMENTO NOS EDIFÍCIOS ESCOLARES - JARDINS DE INFÂNCIA SEIXO DE MANHOSES E VILAS BOAS

Foi elaborado o procedimento de Consulta Prévia, com o Preço Base de 35 875,25 € (Trinta e cinco mil, oitocentos e setenta e cinco euros e vinte e cinco centimos) + IVA. Foi elaborado o Relatório Final e adjudicada a empreitada à empresa Togamil, Construções, Lda. pelo valor de 35 789,80€ (Trinta e cinco mil, setecentos e oitenta e nove euros e oitenta centimos). Foi consignada em 22/02/2021. A empreitada encontra-se concluída.

13 - QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO - ARRUAMENTOS, ACESSOS, PASSEIOS E ÁREAS ENVOLVENTES, INCLUINDO MELHORIA DA MOBILIDADE E SEGURANÇA - (INFRAESTRUTURAS) - VILA FLOR

O procedimento de Consulta Prévia, com o Preço Base de 93 725,00 € (Noventa e três mil, setecentos e vinte e cinco euros) + IVA, foi adjudicado à empresa Higinio Pinheiro & Irmão S.A. pelo valor de 91 703,40€ (Noventa e um mil, setecentos e três euros e quarenta centimos). Foi elaborado o contrato em 11/02/2021. A empreitada encontra-se concluída.

14 - RECUPERAÇÃO FUNCIONAL DAS ANTIGAS ESCOLAS PRIMÁRIAS DO CONCELHO - CENTRO DE VALORIZAÇÃO DE RECURSOS - ALAGOA

Foi elaborado novo procedimento em virtude do anterior procedimento ter ficado deserto. Decorreu o procedimento de Consulta Prévia com um preço base de 24 646,25€ (Vinte e quatro mil, seiscentos e quarenta e seis euros e vinte e cinco centimos) + IVA e foi adjudicado à empresa Centelha Distinta Lda., que apresentou a proposta economicamente mais vantajosa no valor de 23 689,00€ (Vinte e três mil, seiscentos e oitenta e nove euros) + IVA. A empreitada encontra-se concluída.

15 - EDIFÍCIO MULTIUSOS DE SEIXO DE MANHOSES - INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS

Foi elaborado novo procedimento em virtude do anterior procedimento ter ficado deserto. Decorreu o procedimento de Consulta Prévia com um preço base de 84 535,10€ (Oitenta e quatro mil, quinhentos e trinta e cinco euros e dez centimos) + IVA e foi adjudicado à empresa Ferreira & Bebiano Lda. que apresentou a proposta economicamente mais vantajosa no valor de 80 677,81€ (Oitenta mil, seiscentos e setenta e sete euros e oitenta e um centimos) + IVA. Foi elaborado o contrato e a empreitada está em execução.

16 - POSTO DE TURISMO INSERIDO NO EDIFÍCIO DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA COMBA DA VILARIÇA

Foi elaborado o procedimento de Consulta Prévia com um preço base de 32 899,12€ (Trinta e dois mil, oitocentos e noventa e nove euros e doze centimos) + IVA e foi adjudicado à empresa Centelha Distinta Lda., que apresentou a proposta economicamente mais vantajosa no valor de 31 600,00€ (Trinta e um mil e seiscentos euros) + IVA. A empreitada está em execução.

17 - REMODELAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA DO PARQUE DE CAMPISMO MUNICIPAL - FASE 1 - INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS

Foi elaborado o procedimento de Consulta Prévia com um preço base de 119 965,03€ (Cento e dezanove mil, novecentos e sessenta e cinco euros e três centimos) + IVA e foi adjudicado à empresa Elitua - Telecomunicações e Eletricidade Lda., que apresentou a proposta economicamente mais vantajosa no valor de 97 993,82€ (Noventa e sete mil, novecentos e noventa e três euros e oitenta e dois centimos) + IVA. A empreitada está em execução.

18 - CASA MORTUÁRIA DE SEIXO DE MANHOSES

Foi elaborado novo procedimento em virtude do anterior procedimento ter ficado deserto. Decorreu o procedimento de Consulta Prévia com um preço base de 95 004,50€ (Noventa e cinco mil, quatro euros e cinquenta centimos) + IVA. Foi adjudicado à empresa Ferreira & Bebiano Lda. que apresentou a proposta economicamente mais vantajosa no valor de 93 625,23€ (Noventa e três mil, seiscentos e vinte e cinco euros e vinte e três centimos) + IVA. Foi elaborado o contrato e a empreitada está em execução.

19 - QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO – ARRUAMENTOS, ACESSOS, PASSEIOS E ÁREAS ENVOLVENTES, INCLUINDO MELHORIA DA MOBILIDADE E SEGURANÇA – LODÕES

Foi elaborado o procedimento de Consulta Prévia, com um preço base de 41 770,15€ (Quarenta e um mil, setecentos e setenta euros e quinze cêntimos) +IVA e adjudicado à empresa Habituela, que apresentou a proposta economicamente mais vantajosa no valor de 39 861,10€ (Trinta e nove mil, oitocentos e sessenta e um euros e dez cêntimos) + IVA. A empreitada será iniciada brevemente.

20 - QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO – ARRUAMENTOS, ACESSOS, PASSEIOS E ÁREAS ENVOLVENTES, INCLUINDO MELHORIA DA MOBILIDADE E SEGURANÇA – VILA FLOR

Foi elaborado o procedimento de Consulta Prévia, com o Preço Base de 103 806,00 € (Cento e três mil oitocentos e seis euros) + IVA, e adjudicado à empresa Estradas Pinheiro – Engenharia e Construção Lda., que apresentou a proposta economicamente mais vantajosa no valor de 95 483,30€ (Noventa e cinco mil, quatrocentos e oitenta e três euros e trinta cêntimos) + IVA. A empreitada encontra-se em execução.

21 - CONSULTA PRÉVIA – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E SINALIZAÇÃO PARA ESTRADAS- Preço Base: 31 476,00€ (Trinta e um mil, quatrocentos e setenta e seis euros) + IVA. O fornecimento e colocação foi adjudicado à empresa que apresentou a proposta economicamente mais vantajosa, Vitor Soares Lda. pelo valor de 23 880,00€ (Vinte e três mil, oitocentos e oitenta euros) + IVA. O procedimento encontra-se concluído.

22- CONCURSO PÚBLICO: CENTRO DE VALORIZAÇÃO AGRÍCOLA E PATRIMÓNIO DE ASSARES – REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE ASSARES (INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS) – Foi elaborado Novo Procedimento - Preço Base – 240 902,80€ (Duzentos e quarenta mil, novecentos e dois euros e oitenta cêntimos) +IVA. A empreitada foi adjudicada à empresa Antero Alves de Paiva, que apresentou a proposta mais vantajosa no valor de 234 116,31 € (Duzentos e trinta e quatro mil, cento e dezasseis euros e trinta e um cêntimos) + IVA:

23- CONCURSO PÚBLICO: BENEFICIAÇÃO DO EDIFÍCIO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS DE VILA FLOR – Foi elaborado Novo Procedimento - Preço Base – 624 554,71€ (Seiscentos e vinte e quatro euros, quinhentos e cinquenta e quatro euros e setenta e um cêntimos) +IVA. A empreitada foi adjudicada à empresa Antero Alves de Paiva, que apresentou a proposta mais vantajosa no valor de 593 694,65 € (Quinhentos e noventa e três mil, seiscentos e noventa e quatro euros e sessenta e cinco cêntimos) + IVA.

24- CONCURSO PÚBLICO: ABASTECIMENTO DE ÁGUA A PARTIR DO SUBSISTEMA DE SAMBADE ÀS FREGUESIAS DE TRINDADE (VALBOM E MACEDINHO) BENLHEVAI E VALE FRECHOSO (CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA) LOTE 1,2 e 3 - 555 698,52€, 248 096,56€ e 447 036,10€ = 1 250 831,18€ (Um milhão, duzentos e cinquenta mil, oitocentos e trinta e um euros, e dezoito centimos) + IVA. A empreitada foi adjudicada à empresa Capsfil S.A., que apresentou a proposta mais vantajosa no valor de LOTE 1,2 e 3 - 462 129,37€, 213 420,35€ e 383 989,25€ = 1 059 538,97 (Um milhão, cinquenta e nove mil, quinhentos e trinta e oito euros e noventa e sete centimos)+ IVA.

25- CONCURSO PÚBLICO: ZONA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE VILA FLOR/SAMÕES - Preço Base - 1 521 857,71€ (Um milhão, quinhentos e vinte e um euros, oitocentos e cinquenta e sete euros e setenta e um centimos) + IVA. A empreitada foi adjudicada à empresa Capsfil S.A., que apresentou a proposta mais vantajosa no valor de 1 351 368,17 (Um milhão, trezentos e cinquenta e um mil, trezentos e sessenta e oito euros e dezassete centimos) € + IVA.

26- CONCURSO PÚBLICO: REMODELAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA EB 2,3/S DE VILA FLOR - Preço Base - 597 879,24€ (Quinhentos e noventa e sete euros, oitocentos e setenta e nove euros e vinte e quatro centimos) + IVA. O concurso ficou deserto. Terá que ser elaborado Novo Procedimento.

27- CONSULTA PRÉVIA - QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO - ARRUAMENTOS, ACESSOS, PASSEIOS E ÁREAS ENVOLVENTES, INCLUINDO MELHORIA DA MOBILIDADE E SEGURANÇA - ARCO - Novo Procedimento - Preço Base: 37 623,00€. (Trinta e sete mil, seiscentos e vinte e três euros) + IVA. Foi admitida a única proposta a Concurso da Empresa Habituela Lda. no valor de 37 210,10 € (Trinta e sete mil, duzentos e dez euros e dez centimos) + IVA.

28- CONSULTA PRÉVIA -QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO - ARRUAMENTOS, ACESSOS, PASSEIOS E ÁREAS ENVOLVENTES, INCLUINDO MELHORIA DA MOBILIDADE E SEGURANÇA - BENLHEVAI -Preço Base: 39 775,00 € (Trinta e nove mil, setecentos e setenta e cinco euros) + IVA. A empreitada foi adjudicada à empresa que apresentou a proposta economicamente mais vantajosa, Bernardino Manuel Pereira & Pereira Lda. pelo valor de 39 650,00€ (Trinta e nove mil, seiscentos e cinquenta euros) + IVA.

29- CONSULTA PRÉVIA - QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO - ARRUAMENTOS, ACESSOS, PASSEIOS E ÁREAS ENVOLVENTES, INCLUINDO MELHORIA DA MOBILIDADE E SEGURANÇA - CANDOSO - Preço Base: 61 675,00€ (Sessenta e um mil, seiscentos e setenta e cinco euros) + IVA. A empreitada foi adjudicada à empresa que apresentou a proposta economicamente mais vantajosa,

Bernardino Manuel Pereira & Pereira Lda. pelo valor de 61 593,75€ (Sessenta e um mil, quinhentos e noventa e três euros e setenta e cinco cêntimos) + IVA.

30-CONSULTA PRÉVIA - QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO - ARRUAMENTOS, ACESSOS, PASSEIOS E ÁREAS ENVOLVENTES, INCLUINDO MELHORIA DA MOBILIDADE E SEGURANÇA - FREIXIEL - Preço Base: 36 000,00€ (Trinta e seis mil euros) + IVA. O concurso ficou deserto. Vai ser elaborado Novo Procedimento.

31-CONSULTA PRÉVIA - QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO - ARRUAMENTOS, ACESSOS, PASSEIOS E ÁREAS ENVOLVENTES, INCLUINDO MELHORIA DA MOBILIDADE E SEGURANÇA - SANTA COMBA DA VILARIÇA o concurso ficou deserto. Foi elaborado Novo Procedimento - Preço Base: 69 237,50€ (Sessenta e nove mil duzentos e trinta e sete euros e cinquenta cêntimos) + IVA. O concurso está a decorrer.

32- CONSULTA PRÉVIA -QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO - ARRUAMENTOS, ACESSOS, PASSEIOS E ÁREAS ENVOLVENTES, INCLUINDO MELHORIA DA MOBILIDADE E SEGURANÇA - ROIOS - Foi elaborado Novo Procedimentos- Preço Base: 46 750,00€ (Quarenta e seis mil, setecentos e cinquenta euros+ IVA. Foi adjudicado à empresa que apresentou a proposta economicamente mais vantajosa. Habituela Lda. pelo valor de 46 568,90€ (Quarenta e seis mil, quinhentos e sessenta e oito euros e noventa cêntimos) +IVA.

33- BENEFICIAÇÃO DO CAMINHO RURAL - NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS - VILARINHO - Preço Base: 59 850,00€ (Cinquenta e nove mil, oitocentos e cinquenta euros) + IVA. A empreitada foi adjudicada à empresa que apresentou a proposta economicamente mais vantajosa, Bernardino Manuel Pereira & Pereira Lda. pelo valor de 59 600,00€ (Cinquenta e nove mil e seiscentos euros) + IVA.

34- CONSTRUÇÃO DE ARRUAMENTOS E RECONSTRUÇÃO DE MUROS - LODÕES Foi elaborado Novo Procedimentos- Preço Base: 49 100,00€ (Quarenta e nove mil e cem euros) + IVA. O concurso está a decorrer.

Considerações Finais

Impacto da Pandemia COVID-19

A pandemia Covid-19 gerou uma situação de emergência de saúde pública que atingiu de forma repentina e sem precedente todos os países, exigindo a adoção de medidas urgentes e excecionais para fazer face à situação epidemiológica e as suas consequências.

O Município de Vila Flor, consciente dos desafios, despoletou ações de prevenção, contenção, mitigação e tratamento da pandemia. E, em resposta ao impactos socioeconómicos que se têm vindo a fazer sentir, foram sendo aprovadas medidas excecionais e temporárias.

Os desafios que se colocaram em 2020 e 2021 tiveram um impacto muito significativo, quer do lado da despesa, quer do lado da receita.

O Município assumiu um papel muito relevante na implementação das medidas de mitigação dos efeitos da pandemia, abrangendo uma multiplicidade de respostas de que foram beneficiárias as famílias, as empresas e as instituições.

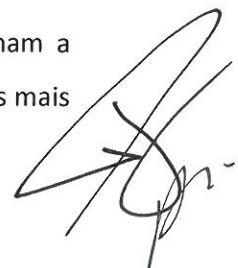
No quadro seguinte é apresentado um resumo do impacto, quer do lado da despesa, quer do lado da receita.

Despesa		Receita	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Aquisição de bens e serviços	55 477,11 €	Isenção de Rendas	14 854,96 €
Transferências Corrente	11 500,00 €		
Apoio à Economia Local	24 100,00 €		
	91 077,11 €		14 854,96 €

Contexto socioeconómico europeu

Considerando os tempos de incerteza que se vivem no mundo e em especial na Europa com o eclodir da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, é de esperar em 2022 um abrandamento do crescimento económico e um aumento significativo dos preços de algumas matérias-primas, nomeadamente combustíveis e cereais, culminado num cenário de recessão económica. Assim,

neste cenário será espetável que em 2022 e nos anos seguintes, as autarquias venham a desempenhar um papel fundamental, dada a proximidade com os cidadãos, no apoio aos mais afetados, inclusivamente ao próprio tecido empresarial local.






Anexo às Demonstrações Financeiras

Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

A informação relativa à entidade, o período de relato e o referencial contabilístico adotado na preparação das demonstrações financeiras encontra-se no ANEXO I e o Organograma no ANEXO II.

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes:

PERÍODO 2021/01/01 2021/12/31 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2021		DESAGREGAÇÃO DE CAIXA E DEPÓSITOS MUNICÍPIO DE VILA FLOR			PÁG. 1
Conta	Designação	Débito	Crédito	Saldo Devedor	Saldo Credor
> 11	Caixa	1.389.252,98	1.386.348,99	2.903,99	
12	Depósitos à ordem	14.748.563,09	10.578.211,11	4.170.351,98	
12.1	Depósitos à ordem no Tesouro				
12.2	Depósitos bancários à Ordem	14.748.563,09	10.578.211,11	4.170.351,98	
13.1	Depósitos a prazo				
13.2	Depósitos consignados				
13.3	Depósitos de garantias e cauções				
TOTAL		16.137.816,07	11.964.560,10	4.173.255,97	

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP), à exceção da Norma 26 – Contabilidade de Gestão.

Ativos Fixos Tangíveis

Todos os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo.

Ativos Intangíveis

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

Participações Financeiras

As participações financeiras são mensuradas ao MEP (Método de Equivalência Patrimonial).

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade.

A imparidade é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Nota 3 – Ativos Intangíveis

Em 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos seguintes quadros:

AI - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO TRIMESTRE										
MUNICÍPIO DE VILA FLOR										
Pág. : 1			Ano : 2021							
Período : 2021/01/01 2021/12/31			(Periodicidade Trimestral / Período Trimestral Após Aço)					Visualizar Contas s/ Nov. ? S Euros		
RUBRICA	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
			Adições	Transferências Inter. Entid.	Revalorizações	Revers. perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	Diminuições
AI1	Ativos Intangíveis	42.807,90	32.681,71					-2.562,09		72.927,52
AI2	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
AI3	Goodwill									
AI4	Projetos de desenvolvimento	1.489,12	12.817,21					-2.562,09		11.744,24
AI5	Programas de computador e sistemas de informação									
AI6	Propriedade industrial e intelectual									
AI7	Outros	41.318,78	19.864,50							61.183,28
	Ativos intangíveis em curso									
Total :		42.807,90	32.681,71					-2.562,09		72.927,52

Quantia escriturada e variações do período

RELATÓRIO DE GESTÃO 2021



AT - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES MUNICÍPIO DE VILA FLOR		Pág. : 1 Ano : 2021
Período : 2021/01/01 2021/12/31	(Periodicidade Trimestral / Período Trimestral Após Aju	Visualizar Contas s/ Mov. ? \$ Euros

RUBRICA	Designação	Adições								
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança legado/perdido a favor do estado	Doação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão reestruturação	Outras
AI1	Ativos Intangíveis		32.681,71							
AI2	Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
AI3	Goodwill									
AI4	Projetos de desenvolvimento									
AI5	Programas de computador e sistemas de informação		12.817,21							
AI6	Propriedade industrial e intelectual									
AI7	Outros									
AI7	Ativos intangíveis em curso		19.864,50							
Total :			32.681,71							
										32.681,71

Adições

Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

O Município tem um contrato de concessão em que se assume como concedente, sendo que o concessionário EDP Distribuição – Energia, SA é a entidade que usa o ativo de concessão de serviços para prestar um serviço público, pelo qual é remunerado. Ao concedente não há lugar a qualquer pagamento, há sim a recebimentos pela concessão das infraestruturas.

Nota 5 – Ativos Fixos Tangíveis

Os bens dos ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. O Município utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Em 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativo fixos tangíveis encontra-se de seguida.



RELATÓRIO DE GESTÃO 2021



AF - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO TRIMESTRE MUNICÍPIO DE VILA FLOR										Fôl. : 1 Ano : 2021
Período : 2021/01/01 2021/12/31 Visualizar Contas s/ Mov. ? S (Periodicidade Trimestral / Período Trimestral Após Ago										Encos
ATIVOS FINOS TANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Janeiros de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	8.824.969,47	155.853,24	61.705,34				-496.562,84			8.345.379,21
Terrenos e recursos naturais	184.515,85									184.515,85
Edifícios e outras construções	806.616,04	10.415,63					-19.562,41			797.469,26
Infraestruturas	7.793.013,64	145.360,01	61.705,34				-476.915,43			7.323.233,70
Patrimônio histórico, artístico e cultural	40.723,74	77,60					-10,54			40.720,40
Outros										
Bens de domínio público em curso										
Ativos finos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Patrimônio histórico, artístico e cultural										
Ativos finos em concessão em curso										
Outros ativos finos tangíveis	28.071.507,93	2.259.369,53	81.393,23				-404.616,30			29.007.664,39
Terrenos e recursos naturais	436.817,42	14.118,44	4.642,83				-5.514,43			449.063,26
Edifícios e outras construções	10.232.707,82	133.435,96	51.495,34				-347.013,52			10.049.555,60
Equipamento básico	314.369,11	178.458,89	141,02				-59.711,35			433.256,67
Equipamento de transporte	174.058,24	21.239,85					-38.827,75			156.500,30
Equipamento administrativo	49.904,90	60.990,18					-29.314,66			81.560,42
Equipamentos biológicos										
Outros	498.114,63	34.546,81	25.113,93				-120.294,53			437.502,84
Ativos finos tangíveis em curso	16.165.510,45	1.616.357,40								17.781.867,85
Total :	36.896.499,40	2.415.222,77	143.099,57				-1.301.175,24			38.153.643,60

Variações: Modelo de custo

AF - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES MUNICÍPIO DE VILA FLOR												Fôl. : 1 Ano : 2021
Período : 2021/01/01 2021/12/31 Visualizar Contas s/ Mov. ? S (Periodicidade Trimestral / Período Trimestral Após Ago												Encos
ATIVOS FINOS TANGÍVEIS	Adições											Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência no troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras		
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural		155.853,24										155.853,24
Terrenos e recursos naturais												
Edifícios e outras construções		10.415,63										10.415,63
Infraestruturas		145.360,01										145.360,01
Patrimônio histórico, artístico e cultural		77,60										77,60
Outros												
Bens de domínio público em curso												
Ativos finos em concessão												
Terrenos e recursos naturais												
Edifícios e outras construções												
Infraestruturas												
Patrimônio histórico, artístico e cultural												
Ativos finos em concessão em curso												
Outros ativos finos tangíveis		2.259.369,53										2.259.369,53
Terrenos e recursos naturais		14.118,44										14.118,44
Edifícios e outras construções		133.435,96										133.435,96
Equipamento básico		178.458,89										178.458,89
Equipamento de transporte		21.239,85										21.239,85
Equipamento administrativo		60.990,18										60.990,18
Equipamentos biológicos												
Outros		34.546,81										34.546,81
Ativos finos tangíveis em curso		1.616.357,40										1.616.357,40
Total :		2.415.222,77										2.415.222,77

Adições: Modelo de custo



Nota 6 – Locações

O Município de Vila Flor não tem contratos de locação.

Nota 7 – Custos de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos pelo Município de Vila Flor, durante o ano de 2020, estão evidenciados no quadro abaixo:

C.M.V.F.		Período: 2021/01/02 2021/12/31				MAPA DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS										Ano : 2021 Pág. : 1			
Caracterização do Empréstimo	Data aprov. pela A.M.	Data de contratação	Pr. C.	Anos Decorridos	Visto do TC		Finalidade do Empréstimo (c)	Capital		Taxa de Juro		Encargos do Período				Encargos ano vencidos e não pagos	Divida no início do período	Divida no final do período	Observações
					Nº registo	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Actual	Amortização	Juros	Total	Juros Mora				
(EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO)																			
INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO	1994/02/22	1994/03/14	25	24			1- CONSTRUÇÃO DE 30 HABITAÇÕES SOCIAIS EM VILA FLOR	469.074,53	469.074,53	1.0000		27.479,19	147,58	27.626,77		41.261,66	13.782,47	Habitação Social	
Caixa Geral de Depósitos	2001/02/23	2001/08/23	20	20	2278	2001/07/11	1- CONSTRUÇÃO DO RECINTO DA FEIRA	251.174,67	232.792,08	1.0000		12.592,29		12.592,29		12.592,29		Linha de Crédito BEI	
Caixa Geral de Depósitos	2001/09/28	2001/11/19	20	19			1- INTEMPÉRIES	124.699,47	124.699,47	1.9000		7.490,40		7.490,40		7.490,40		Intempéries	
Caixa Geral de Depósitos	2001/12/28	2002/03/07	20	19	341	2002/02/21	N- AQUISIÇÃO DE EDIFÍCIO - CENTRO DE ARTE DE GRÇA MORAIS	268.103,87	268.103,87	4.0600		17.295,00	54,18	17.349,18		25.958,16	8.663,16		
Banco Comercial Português, SA	2002/05/28	2002/07/15	20	19	1397	2002/07/18	N- LOTEAMENTO DA QUINTA DOS LAGARES	1.446.514,00	1.446.514,00			80.361,88	1.526,31	81.888,19		120.542,98	40.181,10	Linha de Crédito BEI	
Caixa Geral de Depósitos	2006/12/28	2006/12/29	19	14	348	2007/03/27	1- ESTÁDIO MUNICIPAL DE VILA FLOR	968.755,00	968.755,00			55.393,58		55.393,58		332.361,48	276.967,90	QCIII (Artigo 33.º, n.º 7 da LOE/2006)	
Total.....								3.528.321,54	3.509.938,95			200.612,34	1.728,07	202.340,41		540.206,97	339.594,63		
Limite de Endividamento..... 11.807.050,00																			

Mapa de Empréstimos Obtidos

DEA DE DIVERSOS AUTOS EM
MUNICÍPIO DE TUA FLO



VILA FLOR

[illegible]

a) Identificando cada um dos reagentes, desequilibrando, apontando, concluído e nitro encargo e especificação

2) Para efeitos de comparação, foram também gerados gráficos de valores em U/N (em $U/N/100$, constante de escala 0.1) (importante), que integram o correspondente processo de protótipo de dados.

1994年12月15日
 1994年12月15日

MÉTODO DE CÁLCULO PARA A DETERMINAÇÃO DE CARGAS / FEM DE PROJEÇÃO PARA TRÁFICO DE CAMIONES EM AEROPORTOS

[illegible]

b) Para fins de esta cláusula, sempre haverá um par de valores em dólares em 1/1/1991, com base de taxa 1:1 (paridade), por objeto e correspondência precisa de unidade de medida.

b) Die folgenden Begriffe sind zu definieren:

d) Imprestaciones que aún no se consideran para el caso de cálculo de límite total.

Nota 8 – Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento foram apenas identificadas no quadro seguinte, não tendo sido reconhecidas e mensuradas. Embora os bens identificados estejam reconhecidos no Ativo fixo tangível ao custo. Pretende-se, posteriormente, proceder ao seu correto reconhecimento, como propriedades de investimento.

Tipo de Bem
Bar do Centro Cultural
Bar da Piscina
Minimercado do Parque de Campismo
Loja de Artesanato do Parque de Campismo

Propriedades de Investimento

Nota 9 – Imparidade de Ativos

Foram consideradas as seguintes imparidades, referentes a dívidas de consumo de água:

Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
21.9.1.1 - Perdas por Imparidade Acumuladas - Clientes				
6 a 12 meses - 50 %	56,35 €	9 770,19 €		9 826,54 €
Mais de 12 meses - 100 %	209 756,23 €		91 974,87 €	117 781,36 €
Total	209 812,58 €	9 770,19 €	91 974,87 €	127 607,90 €

Nota 10 – Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2021 – custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

MUNICÍPIO DE VILA FLOR		Ano 2021	
(QUADRO 10.1) - INVENTÁRIOS		Data 2022/04/15	
Rubricas	Quantia Bruta	Imparidade Acum.	Quantia Recuperável
Mercadorias Matérias-primas, subsidiárias e de consumo Produtos acabados e intermédios Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos Produtos e trabalhos em curso	85.374,30		85.374,30
TOTAIS :		85.374,30	85.374,30

Inventários

RELATÓRIO DE GESTÃO 2021



MUNICÍPIO DE VILA FLOR									
(QUADRO 10.2) - INVENTÁRIOS - MOVIMENTOS DO PERÍODO								Ano 2021	
2021/01/01 A 2021/12/31								Data	
								Pág. 1	
Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	MOVIMENTOS NO PERÍODO							
		Compras líquidas	Consumos/Gastos	Var. inv. produção	Perdas Imparidade	Reversões P. Impar.	Out. reduções Inv.	Out. aumentos Inv.	Quantia Esc. Final
Mercadorias		377.579,06	377.579,06						
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	69.922,94	234.226,51	218.775,15						85.374,30
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
TOTAIS :	69.922,94	611.805,57	596.354,21						85.374,30

Inventários: Movimentos do período

Nota 13 – Rendimento de transações com contraprestação

Esta nota tem por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenha uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida, apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

PERÍODO 2021/01/01 2021/12/31		RENDIMENTOS COM CONTRAPRESTAÇÃO (Q. 13.1)		PÁG. 1
DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2021		MUNICÍPIO DE VILA FLOR		
Tipo de transação com contraprestação		Rendimento do período reconhecido	Observações	
(1)	(2)			
72.03.01	1. Prestação de serviços	164.535,80		
72.03.02	1.1. Saneamento	712,60		
72.03.03	1.2. Resíduos Sólidos	159.016,00		
72.03.04	1.3. Transportes Coletivos de Pessoas e Mercadorias			
72.03.05	1.4. Trabalhos por Conta de Particulares			
72.03.07	1.5. Cemitérios	4.325,20		
72.03.09	1.6. Parques de Estacionamento			
72.03.11	1.7. Serviços Sociais			
72.06	1.8. Serviços Culturais			
72.11	1.9. Vistorias e ensaios			
72.99	1.10. Aluguer de equipamentos			
72.99	1.11. Outros serviços	482,00		
71.1.02	2. Venda de bens	206.151,07		
71.1.09	2.1. Água	206.059,27		
71.2	2.2. Outras mercadorias			
71.3	2.3. Produtos acabados e intermédios	91,80		
71.3	2.4. Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
79.1	3. Juros			
79.1	3.1. Juros, dividendos e outros rendimentos similares			
	4. Royalties			
	5. Dividendos ou distribuições similares			
	6. Outros	44.158,50		
78.4	6.1. Ganhos em inventários			
78.7.1.2	6.2. Alienações Ativos fixos tangíveis	39.055,00		
78.7.2	6.3. Sinistros			
78.7.9+78.8.1	6.4. Outros rendimentos	5.103,50		
78.7.9	Outros rendimentos			
78.8.1	Correções relativas a períodos anteriores	5.103,50		
TOTAL		414.845,37		

Rendimentos com contraprestação



Nota 14 – Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimentos às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço proveniente de transações sem contraprestação que não sejam impostos. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Tipo Rendimento	Rendimento do Período Reconhecido em		Quantias por Receber		Adiantamento Recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período	
Impostos diretos	579 916,92 €		16 980,48 €	13 237,19 €	
Impostos indiretos	124 537,03 €		1 274,37 €	2 871,26 €	
Taxas, multas e outras penalidades	129 298,38 €		68,35 €	19,55 €	
Transferências e subsídios correntes obtidos	6 851 438,65 €				
Reversões	13 867,78 €				
Imputação de subsídios e transferência para Investimentos	338 796,09 €				
Total	8 037 854,85 €		18 323,20 €	16 128,00 €	

Rendimentos sem contraprestação

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município, quer instaurados por outras entidades, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para 31 972,01 €, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia Escriturada Final
		Reforços	Aumentos da Quantia Descontada	Outros Aumentos	Total Aumentos	Utilizações	Reversões	Outras Diminuições	Total Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)+(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)+(7)+(8)	(10)=(1)+(5)+(9)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	45 839,79 €						13 867,78 €		13 867,78 €	31 972,01 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	45 839,79 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	13 867,78 €	0,00 €	13 867,78 €	31 972,01 €

Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas

Nos quadros seguintes indica-se o controlo do Município de Vila Flor nas suas participadas e as transações entre as partes relacionadas.

Mapa de Participações

Entidade Participada		Tipo de Entidade	CAE	Participação	
Denominação	N.I.P.C.			%	Valor
Águas do Norte, SA	513606084	Sociedade Anónima	36001-R3	0,08%	126 973,00 €
AIN - Agro-Industrial do Nordeste, SA	503193259	Sociedade Anónima	46382 - R3	49,10%	1 773 787,27 €
Resíduos do Nordeste, EIM, SA	505542331	Sociedade Anónima	38212	4,75%	2 375,00 €
Fundo de Apoio Municipal	513319182	Outras Pessoas Coletivas de Direito Público	84114		282 825,00 €
TOTAL					2 185 960,27 €

Entidades Controladas Reforços

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Morada	Capital Social	Participação	% Controlo		Controlo Final
					Direto	Indireto	
Agro-Industrial do Nordeste, EIM, SA	EIM, SA	Cachão - Mirandela	2 080 000,00 €	1 775 972,20 €	49,10%		49,10%

Transações entre Partes Relacionadas

Entidade Relacionada	Natureza de Relacionamento	Transação		Saldo n.º fim do período
		Tipo	Quantia	
Agro-Industrial do Nordeste, EIM, SA	Entidade Controlada	Transferência para equilíbrio de contas artigo 40.º da Lei 50/2012	140 888,80 €	49,10%

Foi utilizado o MEP (Método de Equivalência Patrimonial) para reconhecimento das participações do Município na AIN- Agro-Industrial do Nordeste, EIM, SA e MIC- Matadouro Industrial do Cachão, SA. A aplicação deste método levou a um acréscimo de custos de 106.499,47 €, refletidos na conta **68.5.2 - Gastos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos - Aplicação do método da equivalência patrimonial**.

Participações em Entidades não Societárias

Entidade Não Societárias	Sede	Percentagem
ADEMO- Associação para o Desenvolvimento dos Municípios Olivícolas Portugueses	Moura	6,77 %
ANMP- Associação Nacional de Municípios Portugueses	Coimbra	0,28 %
AMTQT- Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana	Mirandela	15,00 %
DESTEQUE – Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente Transmontana	Mirandela	7,14 %
APMCH – Associação de Portuguesa de Municípios com Centro Histórico	Lamego	0,60 %
Fundação Museu do Douro	Régua	0,58 %
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Viana do Castelo	1,16 %
Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua – Associação ADRVT	Mirandela	10,10 %
Agência de Energia de Trás-os-Montes – AE – TM	Chaves	6,66 %
Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes	Bragança	7,62 %

Nota 23 – Outras divulgações**23.1. Clientes, Contribuintes e Utentes**

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Clientes c/c	19 165,36 €	19 165,36 €
Contribuintes	1 095,40 €	1 095,40 €
Utentes	20 912,00 €	29 069,60 €
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	137 434,44 €	209 812,58 €
Perdas por imparidade acumuladas	-127 607,90 €	-209 812,58 €
TOTAL	50 999,30 €	49 330,36 €

23.2. Diferimentos

Gastos a reconhecer	31-12-2021	31-12-2020
Seguros	32 423,66 €	34 707,96 €
Outros Gastos	3 544,42 €	3 510,28 €
TOTAL	35 968,08 €	38 218,24 €

23.3. Contas a receber e pagar

Outras contas a receber e a pagar	31-12-2021	31-12-2020
Saldo a receber	86 572,50 €	188 102,58 €
Impostos e taxas imputados ao período	16 128,00 €	18 323,20 €
Devedores por acréscimos de rendimentos	70 444,50 €	73 614,40 €
Outros	94 339,68 €	96 164,98 €
Saldo a pagar	1 469 702,04 €	1 593 685,93 €
Credores por acréscimos de gastos	570 310,79 €	688 139,12 €
Credores por subscrições não liberadas	7 856,26 €	7 856,26 €
Cauções	890 531,99 €	895 515,24 €
Outros credores	1 003,00 €	2 175,31 €

23.4. Estado e Outros Entes Públicos

Estado e outros entes públicos	31-12-2021		31-12-2020	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Retenção de impostos sobre rendimentos		21 727,64 €		14 809,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	114 292,03 €	23 471,57 €	47 028,59 €	
Contribuições para sistemas de proteção social		12 180,15 €		23 217,23 €
Outras tributações		40,21 €		
TOTAL	114 292,03 €	57 419,57 €	47 028,59 €	38 026,23 €

23.5. Património, Reservas e Resultados Transitados

Descrição	31-12-2020	Aplicação	Resultado Líquido	31-12-2021
Património/capital	15 602 093,69 €			15 602 093,69 €
Reservas	1 007 063,83 €	10 525,70 €		1 017 589,53 €
Resultados transitados	11 821 976,50 €	299 357,10 €		12 121 333,60 €
Ajustamentos em ativos financeiros (a)	-2 288 285,67 €	138 117,13 €		-2 150 168,54 €
Outras variações no património líquido	14 548 241,32 €	1 630 711,37 €		16 178 952,69 €
Resultado líquido do período	210 513,93 €	-210 513,93 €	138 916,49 €	138 916,49 €
TOTAL	40 901 603,60 €	1 868 197,37 €	138 916,49 €	42 908 717,46 €

(a) MEP (Método de Equivalência Patrimonial) para reconhecimento das participações do Município na AIN- Agro-Industrial do Nordeste, EIM, SA e MIC- Matadouro Industrial do Cachão, SA.

23.6. Fornecedores

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Fornecedores c/c	64 813,88 €	25 660,23 €
Fornecedores - faturas em receção e conferência	219 613,56 €	247 051,23 €
Fornecedores de investimentos c/c	46 622,25 €	24 596,93 €
TOTAL	331 049,69 €	297 308,39 €

23.7. Rendimentos

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Impostos diretos	579 916,92 €	562 203,09 €
Impostos indiretos	124 537,03 €	74 732,11 €
Taxas, multas e outras penalidades	131 084,89 €	117 795,21 €
Mercadorias	206 059,27 €	200 875,60 €
Produtos acabados e intermédios	91,80 €	240,30 €
Prestações de serviços e concessões	522 420,89 €	509 996,65 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	6 851 438,65 €	6 515 232,31 €
Reversões	13 867,78 €	0,00 €
Outros rendimentos		
Rendimentos suplementares	129 891,24 €	0,00 €
Rendimentos em investimentos não financeiros	39 055,00 €	64 265,00 €
Outros	346 281,97 €	342 313,04 €
Juros, dividendos e outros rendimentos similares		
Outros rendimentos similares	1 142,90 €	734,49 €
TOTAL	8 945 788,34 €	8 388 387,80 €

23.8. Fornecimentos e Serviços Externos

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Serviços de transporte	149 206,70 €	131 459,34 €
Serviços de alojamento e de restauração	67 284,14 €	27 594,54 €
Espaços de desporto, cultura e lazer	6 242,00 €	11 458,50 €
Serviços de fornecimento de água	7 031,88 €	65,04 €
Trabalhos especializados	585 924,35 €	445 963,00 €
Publicidade, comunicação e imagem	18 855,39 €	69 614,55 €
Vigilância e segurança	3 099,60 €	0,00 €
Honorários	0,00 €	1 921,00 €
Comissões	18 811,52 €	17 686,75 €
Conservação e reparação	92,51 €	2 220,49 €
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2 185,54 €	1 969,65 €
Material de escritório	8 190,32 €	5 483,88 €
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	40 262,90 €	34 111,29 €
Material de educação, cultura e recreio	23 149,18 €	3 625,62 €
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	8 833,03 €	156,46 €
Eleticidade	306 542,20 €	309 220,87 €
Combustíveis e lubrificantes	45 243,00 €	35 994,17 €
Outros	0,00 €	2 039,27 €
Deslocações, estadas e transportes	19 350,92 €	13 652,18 €
Rendas e alugueres	7 326,55 €	6 988,90 €
Comunicação	24 230,92 €	19 486,64 €
Seguros	66 611,50 €	75 438,34 €
Outros serviços	406 701,61 €	624 762,77 €
TOTAL	1 815 175,76 €	1 840 913,25 €

[Handwritten signatures and initials]

23.9. Gastos com o Pessoal

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	120 617,39 €	127 720,70 €
Remunerações do pessoal	2 389 586,37 €	2 293 422,13 €
Encargos sobre remunerações	612 670,22 €	532 672,85 €
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	72 172,80 €	64 311,50 €
Outros gastos com o pessoal	80 265,39 €	79 501,05 €
Outros encargos sociais	70 744,54 €	64 222,79 €
TOTAL	3 346 056,71 €	3 161 851,02 €

23.10. Transferências e Subsídios Concedidos

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Transferências correntes concedidas	1 417 885,78 €	1 084 173,57 €
Estado	13 000,00 €	13 000,00 €
Associações de Municípios	152 731,28 €	116 852,27 €
Empresas Locais	106 499,47 €	140 896,22 €
Outros	103 354,26 €	75 849,31 €
Instituições sem Fins Lucrativos	487 763,31 €	336 326,69 €
Famílias	528 127,46 €	338 759,08 €
Sociedades e quase sociedades não financeiras	3 550,00 €	13 350,00 €
Outros	22 860,00 €	49 140,00 €
Transferências de capital concedidas	169 060,17 €	114 492,43 €
Administração Local	52 152,32 €	80 492,48 €
Instituições sem Fins Lucrativos	28 000,00 €	20 000,00 €
Famílias	13 107,85 €	4 999,95 €
Outros	75 800,00 €	9 000,00 €
TOTAL	1 586 945,95 €	1 198 666,00 €

23.11. Outros Gastos e Juros e Gastos Similares Obtidos

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Outros gastos	40 291,63 €	20 126,02 €
Impostos e taxas	26 038,60 €	15 183,53 €
Outros	14 253,03 €	4 942,49 €
Juros e gastos similares suportados	18 842,77 €	3 829,08 €
Juros e encargos suportados	18 801,27 €	3 787,58 €
Outros gastos de financiamento	41,50 €	41,50 €

1- Impacto da Pandemia COVID-19

A pandemia Covid-19 gerou uma situação de emergência de saúde pública que atingiu de forma repentina e sem precedente todos os países, exigindo a adoção de medidas urgentes e excecionais para fazer face à situação epidemiológica e as suas consequências.

O Município de Vila Flor, consciente dos desafios, despoletou ações de prevenção, contenção, mitigação e tratamento da pandemia. E, em resposta ao impactos socioeconómicos que se têm vindo a fazer sentir, foram sendo aprovadas medidas excecionais e temporárias.

Os desafios que se colocaram em 2020 e 2021 tiveram um impacto muito significativo, quer do lado da despesa, quer do lado da receita.

O Município assumiu um papel muito relevante na implementação das medidas de mitigação dos efeitos da pandemia, abrangendo uma multiplicidade de respostas de que foram beneficiárias as famílias, as empresas e as instituições.

No quadro seguinte é apresentado um resumo do impacto, quer do lado da despesa, quer do lado da receita.

Despesa		Receita	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Aquisição de bens e serviços	55 477,11 €	Isenção de Rendas	14 854,96 €
Transferências Corrente	11 500,00 €		
Apoio à Economia Local	24 100,00 €		
	91 077,11 €		14 854,96 €

2- Contexto socioeconómico europeu

Considerando os tempos de incerteza que se vivem no mundo e em especial na Europa com o eclodir da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, é de esperar em 2022 um abrandamento do crescimento económico e um aumento significativo dos preços de algumas matérias-primas, nomeadamente combustíveis e cereais, culminado num cenário de recessão económica. Assim, neste cenário será espetável que em 2022 e nos anos seguintes, as autarquias venham a desempenhar um papel fundamental, dada a proximidade com os cidadãos, no apoio aos mais afetados, inclusivamente ao próprio tecido empresarial local.

3- Nota Final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município de Vila Flor ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.